



# O Prazo de Caducidade nas Acções de Filiação

**Mestrado em Direito**  
**Ciências Jurídico-Privatísticas**

Diogo Pinto Nogueira de Leão Barbosa  
Orientação: Prof.<sup>ª</sup> Doutora Rute Teixeira Pedro

2016

## **Resumo**

No âmbito das acções de filiação (acções destinadas a conhecer e estabelecer o vínculo de filiação) deparamo-nos, em determinadas circunstâncias, com a possibilidade do filho propor uma acção de investigação da sua paternidade e/ou maternidade. Estas acções estão, no entanto, sujeitas a um prazo de caducidade. É sobre estas acções e este prazo que incidirá o presente estudo.

Assim, pretendemos analisar o prazo de caducidade previsto no art.º 1817.º do Código Civil Português para as acções de investigação da paternidade/maternidade e subsequente estabelecimento do vínculo de filiação. É uma matéria que tem vindo a ser discutida tanto a nível da doutrina como da jurisprudência, continuando controvertida. É uma problemática que reveste especial interesse por contender com algo personalíssimo: saber e ser reconhecido o/a progenitor de uma pessoa.

É, então, nossa ambição aferir da justeza e conformidade desse prazo com todo o Ordenamento Jurídico. Contribuindo com o nosso pensamento sobre o assunto, iremos, designadamente, verificar a sua conformidade à Constituição, e quais as consequências, caso a previsão do referido prazo seja considerada inconstitucional.

Estudaremos ainda, no âmbito destas acções de investigação, a possibilidade de recurso ao instituto do abuso do direito e à solução que importa a cisão das componentes pessoal e patrimonial do estatuto de filho.

Palavras-chave: Acções de Investigação da Paternidade e Maternidade, Prazo de Caducidade, Art.º 1817.º do CC.

## **Abstract**

Within the scope of filiation proceedings (legal actions that encounter and establish parent-child relationships), there are certain circumstances in which it is possible for a child to propose an investigation into their maternity and/or paternity. However, this action has a limited time frame and is subject to expiry. The following thesis shall seek to study the aforementioned topic.

In order to proceed with this study, the limited time period, provided by Article 1817º of the Portuguese Civil Law Code, for the investigative actions regarding parenthood as well as the subsequent establishment of the filiation relationship, shall be analysed. In conjunction with being a controversial subject matter, discussed by both doctrine and jurisprudence, it is also an issue felt on a very personal level: in terms of being acknowledged and recognized as the parent of someone.

Therefore, it remains our ambition to ascertain the adequacy and compliance of the time limit within the Portuguese legal system. Also contributing with our thoughts on the subject, we shall proceed to the verification of its conformity with the Portuguese Constitution, followed by a consideration of what consequences would result from the above-mentioned expiry being deemed unconstitutional.

Furthermore, the possibility of recourse regarding an abuse of the law in addition to the schism between the child's personal and proprietary status shall also be examined within the sphere of investigation.

**Key Words:** Filiation Proceedings, Expiry, Article 1817.º of Portuguese Civil Law Code

## **Siglas e Abreviaturas**

Ac. – Acórdão

ADN – Ácido Desoxirribonucleico

art. - Artigo

Cfr. – Conferir/Confrontar

CC – Código Civil

CEDH – Convenção Europeia dos Direitos do Homem

C.P.C. – Código de Processo Civil

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-lei

Etc. – *Et Caetera*

Pág. – Página

PMA – Procriação Medicamente Assistida

pp. - Páginas

ss. – Seguintes

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TC – Tribunal Constitucional

TEDH – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

V.g. – *Verbi Gratia*

Vol. – Volume

## Índice

Resumo.....	1
Abstract .....	2
Siglas e Abreviaturas .....	3
O Prazo de Caducidade nas Acções de Filiação.....	6
1. Introdução .....	6
1.1. Enquadramento Jurídico .....	9
1.2. Considerações Gerais sobre o Estabelecimento da Filiação .....	10
2. Das Acções de Investigação da Filiação .....	10
3. Verdade Biológica Vs. Verdade Registral .....	12
4. Da Historicidade Genética .....	13
5. Caducidade nas Acções de Investigação.....	15
5.1. Prazo de Caducidade .....	15
5.2. Fundamentos para a Previsão de um Prazo .....	16
5.3. Críticas à Consagração de um Prazo de Caducidade .....	18
6. Da (In)Constitucionalidade do Prazo .....	23
6.1. Enquadramento Constitucional.....	23
6.2. Debate Doutrinal .....	29
6.3. Divergência Jurisprudencial.....	31
7. O Exercício Abusivo do Direito ao Reconhecimento (Judicial) do Vínculo da Filiação .....	35
8. Cisão da Componente Patrimonial e da Componente Pessoal do <i>Status</i> de Filho.....	36
9. Contributos do Direito Internacional e Direito Estrangeiro.....	42
9.1. Do Direito Internacional .....	42
9.2. O caso especial do Direito de Macau .....	43
9.3. Direito de Alguns Estados da CPLP .....	45
9.4. Direito de Alguns Países Europeus .....	46
10. Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas/da Historicidade noutros Pontos do Ordenamento Jurídico.....	47
10.1. Adopção .....	47
10.2. Procriação Medicamente Assistida .....	48
11. Direito a Investigar como Direito Pessoal (In)transmissível .....	49

12.      Avaliação Crítica e Posição Adoptada .....	51
Conclusão .....	53
Listagem de Jurisprudência .....	55
Bibliografia .....	56

## **O Prazo de Caducidade nas Acções de Filiação**

### **1. Introdução**

Desde tempos imemoriais que o Homem sente a família como uma comunidade de afectos, vivências, de partilha, e se apercebe da sua importância e da sua necessidade. E, se é verdade que a constituição de família não carece de laços “de sangue”, também o é que tal vínculo fixa e determina uma conexão familiar que não pode jamais ser abandonada ou quebrada<sup>1</sup>. Assim, e porque é um meio inescapável de familiaridade, a filiação é, sem sombra de dúvida, a mais importante forma de constituição de família<sup>2</sup>. Essa importância foi sendo bem enfatizada ao longo da História, como é do conhecimento geral, v.g. os reis e imperadores eram sucedidos por aqueles que lhes eram mais próximos, não em termos afectivos ou meritórios, mas em termos de parentesco, ligados por laços de sangue. Assim sucedia também ao vulgo populacional cujos bens eram repartidos por aqueles que lhes eram mais imediatos. Assentando-se na ideia da continuidade da pessoa nos seus descendentes<sup>3</sup>.

É assim que se destaca a filiação, em que está já presente uma história prévia ao indivíduo patente nos genes que lhe são transmitidos pelos progenitores de todo um enorme conjunto de indivíduos que viveram antes da concepção daquele concreto sujeito<sup>4</sup>. E há aquela vontade inata ao homem de conhecer parte da sua história, da memória daqueles que foram os

---

<sup>1</sup> Referimo-nos a nível biológico uma vez que a nível jurídico e emocional o poderá, claro está, ser.

<sup>2</sup> Pelo mero acto do nascimento completo e com vida, que marca o início da personalidade, constitui-se o facto, não carecendo de nenhuma outra conexão, diferentemente do que sucede com outras relações familiares como as que se constituem, v.g., com adopção ou o casamento.

<sup>3</sup> Neste sentido ver Diogo Leite de Campos, *Direito da Família e das Sucessões*, Coimbra, Livraria Almedina, 1998, pág. 91.

<sup>4</sup> É caso para citar Alexandre Dumas, quando se referia aos “*Pauvres fous qui ne comprennent pas que les hommes peuvent parfois changer l’avenir... jamais le passé!*”. *Les Tombeaux de Saint-Denis*, in *Les Mille et Un Fantomes*, Paris, Michel Lévy Frères, Libraires Éditeur, 1861 pág. 119. Ainda que a nível jurídico se consiga “apagar” os factos biológicos, estes materialmente permanecem inalterados.

seus antepassados<sup>5</sup>. Características comuns que partilham<sup>6</sup>. E essa vontade foi acobertada pelo Direito quando este passou a conferir protecção à história e identidade pessoal, primando pelo princípio da verdade biológica.

Mas, nem sempre a verdade biológica corresponde à verdade registral e jurídica. E, ao longo dos tempos têm sido muito diferentes as soluções adoptadas e a forma como o direito lida com a verdade material, em flutuações sistémicas, ora tendo uma grande preocupação com a verdade biológica, ora defendendo outros valores, certos institutos e a imagem e aparência que se pretende que molde certos institutos, tentando, por vezes, encobrir o que a sociedade condenava e reputava por ‘maligno’ à sua moral.

No renascimento alterou-se fortemente o modo de pensar. A preocupação era a da verdade de “sangue” a todo o custo, fosse agradável ou não. Impunha-se a necessidade de conhecer os progenitores das crianças. Essa preocupação cabia aos padres que deviam indagar pelas verdadeiras raízes de cada nascimento. Essa preocupação prendia-se muito com a concepção vigente de família e com a relevância do conhecimento genealógico muito importante v.g. a nível de dispensas por consanguinidade para casamentos, para efeitos de constatação de ‘pureza’ de sangue, bem patente na forma exaustiva como se procediam a Inquirições de *Genere* (v.g. para se tomar o estado sacerdotal, para familiares do Santo Ofício, em processos de acusação de índole religiosa, etc.). E muitos párocos levavam tal missão com muito empenho<sup>7</sup>. No entanto existia um forte entrave e desvio a esta regra. Para os indivíduos

---

<sup>5</sup> “*Sem ascendentes, sem casamento, sem descendentes, com um desejo selvagem de ter ascendentes, casamento e descendentes. Todos me estendem a mão: ascendentes, casamento e descendentes, mas essa mão está demasiado distante para mim*” – Franz Kafka, *Diários, Diários de Viagem*, tradução de Isabel Castro Silva, Relógio de Água, 2014, pág. 550.

<sup>6</sup> Faz-nos aqui lembrar a passagem “*But I can’t help detesting my relations. I suppose it comes from the fact that none of us can stand other people having the same faults as ourselves*” – Oscar Wilde, *The Picture of Dorian Gray, The Complete Illustrated Works of Oscar Wilde*, Bountty Books, 2004, pág. 9

<sup>7</sup> A título de exemplo vejamos estes assentos que transcrevemos “*Aos dous dias do mês de dezembro de 642 baptizei a Manoel fº de Margd.<sup>a</sup> soltr<sup>a</sup> do ribeiro deu por pai a Pedro fº de Gracia Dias v.<sup>a</sup> das eiras padrinhos (...)*”, sendo depois acrescentado lateralmente que “*declarou Margarida soltr<sup>a</sup> por descargo de sua consciência q não dava ao ditto Pedro por pai certo do dº seu filho por não estar certa seria elle ou André G.ar de Cazal d’Egas*” (consultado em <http://pesquisa.adporto.pt/viewer?id=486423>, a folhas 66 desse livro), ou ainda o seguinte “*Maria da Sylva (...) foi enjeitada por ser fº de Manoel Godinho da Sylva e de Maria de Aguiar sua cunhada por ser irmam de Beatriz de Aguiar*” – consultado em <http://cloud.archeevo.pt/viewer?id=16579>, a folhas 72). Repare-se nas diligências efectuadas de que dá conta o seguinte assento “*Ao dipois de eu ter feyto o assento retro da menina Luíza esta achey que me enganou e emformando-me eu com pessoas fide dignas achey que se chamava Maria Thereza solteyra a may da dita menina filha legitima de Joam de Andrade e de Antonia Maria do Lugar de Lomba da freguesia de Santa Leocádia de Briteyros a qual Maria Thereza me enganou dizendo hera Joanna Thereza da freguezia de Santa Senhorinha de Basto*” (consultado em <http://archeevo.amap.com.pt/viewer?id=181328&FileID=50941>, a folhas 95 do livro). Não deixa de ser estranho em tal período histórico verificarmos um primado pela verdade biológica mesmo em situações de grande embaraço e constrangimento moral, o que não corresponde ao que é commumente reputado, veja-se, a título de exemplo “*Em*



casados em matrimónio católico era extremamente difícil afastar-se a presunção de que o pai seria o marido da mãe, avultando assim a ideia de legitimidade na constituição do vínculo.

Com o tempo tal empenho e necessidade transformou-se em preocupação com o abalo da ordem social e da moral, tornando-se relevante proteger os institutos da família “legítima” e afastar todos os demais comportamentos que pudessem dar azo a uma visão distorcida dos deveres morais e que poderia chocar com a sociedade<sup>8</sup>. O importante passou, então, a ser a manutenção de uma aparência social de seriedade e da família como aquele núcleo legítimo constituído pelos filhos do matrimónio. Visão essa que se foi mantendo ao longo dos anos. Foi nos fins do século XVIII que, em França, se introduziram grandes entraves à investigação da paternidade<sup>9</sup>. Assim, entre nós, na vigência do Código Civil de 1867, a investigação da paternidade era proibida, excepto em escassos casos em que se constatava a existência de provas concludentes (escrito do pai, posse de estado, etc.)<sup>10</sup>.

Mais recentemente, em 1910, com a implantação da República, vieram a ser acrescidas mais excepções sem, no entanto, se alterar substancialmente o âmbito, que continuava a ser muito restrito, das acções de investigação.

Já próximo aos dias de hoje, tal concepção tem vindo a reverter-se. Inicialmente com o Código de 1966 introduziram-se duas alterações, mas o enquadramento jurídico ficou ainda muito aquém de permitir um amplo recurso a esta acção.

---

*os quinze dias do mês de Outubro de siscentos e vinte annos depois dos pregoins corridos (...) João Ferr.<sup>a</sup> filho de Joam Fr<sup>a</sup> Abbe q foi de Sam Lço das Pias bispado do porto e de Luíza Barboza soltr.<sup>a</sup> recebeo por molher en fase da Igreja Luíza Borges filha de B.<sup>o</sup>r Barreto Abbe q foi de Nevogilde e de M<sup>a</sup> da Silveira soltr.<sup>a</sup>” (consultado em <http://pesquisa.adporto.pt/viewer?id=540172>, a folhas 60 desse livro paroquial). Cfr. António Amaro das Neves, Filhos das Ervas, A Ilegitimidade no Norte de Guimarães (Séculos XVI-XVIII), NEPS – Universidade do Minho, 2011, pp. 93 e ss.*

<sup>8</sup> Assim passamos de um extremo para o outro, existindo uma enorme facilidade em enjeitar filhos, deixando-os na Roda, onde não haveria vergonha o que não deixou de causar situações muito dramáticas com os filhos que eram vetados ao desprezo e abandono. Esta protecção e secretismo não deixou de causar situações caricatas, veja-se “*Em quinze de Novembro de mil e oito centos e dezasseis nesta Porochial de Santa Izabel baptizei e poz os Santos Oleos a Dona Maria Izabel de Lacerda filha de Pays incógnitos*” (consultado em <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4817063> a folhas 71), com sublinhado nosso, ou como chegavam a suceder surgir como filho de uma mulher solteira e dizendo-se que eram filhos de pai incógnito, todavia depois referia-se ser proprietário e morador nessa freguesia. Por fim, não resistimos a transcrever o seguinte assento, “*Aos dezasseis dias do mez de Julho de mil oitocentos e quarenta e dous, (...) baptizei (...) a Gil, (...) filho de Pays incógnitos: foi conduzido a esta Igreja por Luíza Maria do Carmo viúva de João Honorato e Avó materna do Baptizado*” (consultado em <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4814619> a folhas 140), nosso sublinhado bem revelador da hipocrisia social vivida, neste sentido cfr. Teodoro Afonso da Fonte, No Limiar da Honra e da Pobreza, A Infância Desvalida e Abandonada no Alto Minho (1698-1924), Vila Praia de Âncora, Ancorensis Cooperativa de Ensino, 2005, pág. 39.

<sup>9</sup> Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira, Curso de Direito da Família volume II tomo I, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 204 e ss.

<sup>10</sup> Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira, *op. cit.*, pp. 206.

Só com a Reforma de 1977 se alterou, de facto, o paradigma. Renasce aquele primado pela verdade biológica e são várias as razões que têm levado à consagração desta solução, tema que será mais desenvolvido em 1.1..

É neste âmbito que nos deparamos com a necessidade de saber em que termos pode ser estabelecida a filiação, e, mais concretamente, debruçar-nos-emos acerca da questão específica dos limites temporais da possibilidade de intentar uma acção para investigação da paternidade e/ou maternidade, por forma a estabelecer tal vínculo.

### 1. 1. Enquadramento Jurídico

Para tanto devemos atender ao quadro legislativo em vigor, não só nacional como internacional. Podemos então integrar como principais referências legislativas com que iremos trabalhar a Constituição da República Portuguesa<sup>11</sup> (a Lei Fundamental à qual devemos encontrar-nos em conformidade), o Código Civil<sup>12</sup>, onde está previsto o prazo de caducidade de que iremos tratar, e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem que, por via do art.º 8.º da CRP tem aplicação directa no nosso Ordenamento Jurídico.

No que respeita ao nosso contexto legislativo temos de ter em atenção as principais alterações no regime do prazo de caducidade. *Supra* ficou exposta, de forma sucinta, a história das acções de investigação de paternidade. Só com a reforma de 1977 se permitiu de forma generalizada o recurso a acções de investigação, estabelecendo-se, no entanto, um curto prazo de caducidade. Na redacção dada pelo Decreto-lei 496/77, de 25 de Novembro, ao n.º 1 do art.º 1817.º, previa-se que “A *acção de investigação de maternidade só pode ser proposta durante a menoridade do investigador ou nos dois primeiros anos posteriores à sua maioridade ou emancipação*”<sup>13</sup>. Com a declaração de inconstitucionalidade da referida norma pelo Acórdão do Tribunal Constitucional de 2006<sup>14</sup>, com força obrigatória geral, inexistiu, por alguns anos, este prazo de caducidade. Todavia, o legislador com a Lei n.º 14/2009 de 1 de Abril, veio, então, na nova redacção do art.º 1817.º, n.º 1, estabelecer que “A *acção de investigação da maternidade só pode ser proposta durante a menoridade do investigador ou nos dez anos*

---

<sup>11</sup> De 2 de Abril de 1976 e já alterada.

<sup>12</sup> Aprovado pelo DL n.º 47344 de 25 de Novembro de 1966, já alterado por diversas vezes.

<sup>13</sup> Artigo 1817º na redacção dada pelo DL n.º 496/77 de 25 de Novembro.

<sup>14</sup> Ac. do TC n.º 23/2006, disponível para consulta em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt)

*posteriores à sua maioridade ou emancipação*”. Ora, tentando sanar a inconstitucionalidade (uma vez que o TC não se manifestou contra a previsão de todo e qualquer prazo de caducidade mas apenas contra um que considerasse demasiado curto ou que, tal como se encontrava previsto, não garantisse a existência de reais possibilidades de investigação por parte do investigador<sup>15</sup>) o legislador veio prever um maior período para a proposição da acção.

## **1.2. Considerações Gerais sobre o Estabelecimento da Filiação**

De um modo geral e esquemático podemos referir que o estabelecimento da filiação, cujos modos estão taxativamente previstos na lei, se pode processar pelas formas que passamos a expor.

Relativamente ao estabelecimento da maternidade, este pode ser realizado por indicação e menção (art.º 1803.º do Código Civil<sup>16</sup>), por declaração de maternidade (art.º 1806.º), ou, por fim, por reconhecimento judicial (art.º 1814º).

A paternidade pode ser estabelecida por presunção de paternidade daquele que seja marido da mãe, quanto ao filho, nascido ou concebido na constância do matrimónio, nos termos dos art.º. 1826º e ss., por perfilhação (art.º 1849.º) ou, finalmente, por reconhecimento judicial (art.º 1869.º).

É ao reconhecimento judicial, mais especificamente no que às acções de investigação da paternidade/maternidade diz respeito e subsequente estabelecimento da filiação que nos vamos reportar. Vamos debruçar-nos, mais especificamente, sobre a previsão de um prazo de caducidade para o exercício do direito de acção, analisando criticamente, ao longo do presente estudo, tal opção acolhida no nosso ordenamento jurídico.

## **2. Das Acções de Investigação da Filiação**

---

<sup>15</sup> Cfr. Ac. do TC n.º 23 de 2006.

<sup>16</sup> Doravante, qualquer referência a um artigo desacompanhada da menção da sua inserção encontra-se no Código Civil.

As acções de investigação da filiação têm como objectivo determinar, a nível judicial, se alguém é progenitor de certo indivíduo, devendo, em consequência, proceder-se ao “registo” como filho<sup>17</sup>.

A sua existência tem fundamento para os casos em que a paternidade e/ou maternidade se encontram omissas e o suposto progenitor não reconhece por livre e espontânea vontade o filho<sup>18</sup> ou há dúvidas sobre a identidade do progenitor<sup>19</sup>, ou em qualquer outra situação prática em que se encontra omissa nos registos e se pretende reconhecer judicialmente alguém como progenitor.

Há ainda que bipartir as acções de investigação da filiação. Distintamente existem as acções para investigação da paternidade e, por outro lado, as da maternidade. Ora, à acção de investigação da paternidade, por remissão do artigo 1873º do CC, aplica-se o disposto nos artigos 1817º a 1819º e 1821º, todos do CC, i.e., o estatuído quanto às acções de investigação da maternidade. Assim sendo, tal remissão leva à aplicação do mesmo regime às acções de investigação da paternidade às da maternidade, remetendo-se especificamente para o artigo 1817º que estabelece o prazo de caducidade para a propositura da acção, o qual é, consequentemente, aplicável a ambas.

Ora, como o regime estabelecido para as acções de investigação da paternidade remete directamente para as da maternidade, o que expendemos acerca destas últimas vale, com as devidas adaptações, para as primeiras. Todavia, por motivos de, na prática, ser muito mais frequente a propositura de acções de investigação da paternidade - como encontramos já no velho princípio do *pater sempre incertus est*<sup>20</sup> - é sobre estas que modelaremos todo o tratamento exposto, ficando já ressalvado que, *mutatis mutandis*, valem as palavras para as acções de investigação da maternidade.

---

<sup>17</sup> Para Maria José Capelo são “acções constitutivas necessárias por visarem a conformação da ordem jurídica e consubstanciam o único meio ao alcance do sujeito legitimado para constituir ou extinguir o status de filho”. In, Interesse Processual e Legitimidade Singular nas Acções de Filiação, Coimbra, Coimbra Editora, 1996, pág. 267.

<sup>18</sup> Ou seja, quando não se dá a perfilhação. Note-se que para Guilherme de Oliveira, entre outros autores que partilham a mesma posição, há um dever jurídico de perfilhar que impende sobre o progenitor. A este propósito cfr. Guilherme de Oliveira, Estabelecimento da Filiação, Coimbra, Livraria Almedina, 1979, pp. 109 e ss..

<sup>19</sup> A acção de investigação, em regra, é proposta apenas contra um possível pai. No entanto, podem ocorrer casos de litisconsórcio alternativo, quando um, entre vários sujeitos plausíveis, pode ser o progenitor. E ainda sem prejuízo do caso excepcional dos artigos 1822.º e ss. (quando há perfilhação por terceiro quanto a filho relativamente ao qual pode funcionar a presunção *pater is est* face ao marido da mãe).

<sup>20</sup> Em contraposição do princípio do *mater sempre certa est*, que não é absoluto.

### **3. Verdade Biológica Vs. Verdade Registral**

Uma das grandes questões que se prende com o tema em apreço é a diferença existente entre a verdade biológica e a verdade registral, também designada esta diferença entre filiação biológica e filiação jurídica<sup>21</sup>.

Ora, a verdade biológica resulta da consanguinidade, e é, tendencialmente, a verdade genética<sup>22</sup>. Diferentemente, a verdade registral é uma verdade jurídica, existente para o mundo do Direito<sup>23</sup>. É o que o Direito reconhece como verdade, quer corresponda à verdade fáctica ou não, à qual se atribuem variados efeitos.

Nem sempre a verdade biológica corresponde à verdade registral. O que pode ocorrer por diversos motivos, a título de exemplo, em casos de adopção<sup>24</sup>, em ocorrências em que funciona, indevidamente, a presunção *pater is est*, em que a declaração de maternidade assenta em falsas declarações, *et caetera*. Todavia, tem sido, maioritariamente, opção legislativa<sup>25</sup> a preferência<sup>26</sup> pela verdade biológica que deve ter o primado<sup>27</sup> e é de interesse público que o tenha<sup>28</sup>, ainda que se compreendam e tenham motivo ponderado muitos dos entorses a esta

---

<sup>21</sup> Usando esta última terminologia encontramos Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira, Curso de Direito da Família *cit.*, pp. 23 e ss.

<sup>22</sup> Dizemos tendencialmente, pois há casos em que a verdade biológica não corresponde à genética, basta para tanto analisarmos o caso paradigmático de uma “barriga de aluguer” que será a mãe biológica mas pode não ser a genética uma vez que os gâmetas femininos podem pertencer a uma outra mulher.

<sup>23</sup> Ou verdade legal como usa José da Costa Pimenta, Filiação, 4ª Edição, Lisboa, Livraria Petrony, Lda., 2001, pág. 25.

<sup>24</sup> Note-se que a adopção não se deve confundir com a filiação, todavia há um paralelismo dos seus efeitos (art.º 1986.º, n.º 1).

<sup>25</sup> Cfr. Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira, Curso de Direito da Família *cit.*, pág. 53. Apontando casos em que o legislador opta por se desviar da verdade biológica ver José da Costa Pimenta *cit.*, pág. 25 a 27 e Rafael Vale e Reis, O Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pp. 158 e ss.

<sup>26</sup> Apontando hesitações a esta opção legislativa pelo biologismo cfr. Guilherme de Oliveira, Critérios Jurídicos da Parentalidade, *in* Textos de Direito da Família Para Francisco Pereira Coelho, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 274 e ss. Apesar de o Autor reconhecer a pág. 305 que, entre nós é atribuída primazia à verdade biológica.

<sup>27</sup> Nas palavras de Costa Pimenta “o que prevalece é o interesse abstracto: segundo a lei, o que, em princípio, sempre convém aos filhos é estarem ligados por vínculos jurídicos a quem já se encontram ligados por vínculos de sangue: o que importa é a verdade biológica”, Filiação *cit.*, pág. 28.

<sup>28</sup> A este propósito diz Maria José Capelo que “Averiguar se X é ou não filho de Y não interessa só a estes dois indivíduos mas também à sociedade em geral, uma vez que o estabelecimento de um vínculo acarreta em cadeia a redefinição das posições de muitos outros indivíduos, sendo, além disso, de interesse público que a filiação ancore na verdade biológica.”, Interesse Processual e Legitimidade Singular nas Acções de Filiação *cit.*, pág. 80.

regra<sup>29</sup>. O sistema português está entretecido com base no princípio da verdade biológica<sup>30</sup> o que impõe que no reconhecimento dos vínculos deva ser possível esta correspondência, de forma a que as duas verdades coincidam quanto a cada indivíduo<sup>31</sup>.

Não ignoramos, no entanto, que a paternidade biológica, e mesmo a paternidade registral, apesar da importância que têm para o indivíduo não deve retirar relevância à paternidade designada por sócio-afectiva<sup>32</sup> pois, como não pode ser ignorado, a par do biologismo está a figura emocional e afectiva. Ser progenitor não se basta em “contribuir” para o nascimento do filho, nomeadamente através da concepção<sup>33</sup> antes, implica todo um conglomerado de responsabilidades e afectos. Assim surge estouta paternidade/maternidade que se baseia no vínculo afectivo. Todavia, uma não deve excluir a outra, antes devem ambas interagir e complementar-se para uma realização plena do indivíduo, da sua história, sendo como peças de um *puzzle* que compõe aquela pessoa e a sua personalidade.

Com a verdade biológica convive, de forma estreita, o valor do conhecimento dessa verdade pelo próprio, ao qual tem vindo a ser dado cada vez maior relevo, com a atribuição de direitos de acesso à informação e dados pessoais por cada sujeito. A maior transparência que daí resulta tem implicações de ordem prática, impondo um maior acesso à informação no que respeita ao conhecimento das origens genéticas, sociais e culturais<sup>34</sup>.

#### 4. Da Historicidade Genética

---

<sup>29</sup> Maria José Capelo aponta para esses perigos entendendo que o legislador não se deverá “*deixar escravizar pelos ditames da verdade biológica, antes devendo criar as válvulas de libertação quando a solução propugnada sob o bastião daquela verdade possa ser inadequada e injusta, porque inapta a dar chancela a um outro realismo que não o biológico*”. Interesse Processual e Legitimidade Singular nas Acções de Filiação *cit.*, pág. 81. Ora, consideramos que tal situação ficaria acautelada pelo recurso à válvula de escape já existente no sistema, o instituto do abuso do direito.

<sup>30</sup> O que vem também, de certa forma, a tentar ser colmatado nos demais números do art.º 1817.º do CC.

<sup>31</sup> Cfr. Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira, Curso de Direito da Família *cit.*, pág. 52.

<sup>32</sup> Cfr. Adriana Karlla de Lima, Reconhecimento da Paternidade Socioafetiva e suas Consequências no Mundo Jurídico, disponível em [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9280](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9280). Bem como em Guilherme de Oliveira, Critérios Jurídicos da Parentalidade *cit.*, pp. 271 e ss.

<sup>33</sup> Que pode até ser realizada no âmbito de procriação medicamente assistida, bastando-se com a doação de gâmetas.

<sup>34</sup> Assim, v.g. a nível da adopção como vai desenvolvido em 10.1., como afloramento do pensamento do legislador acerca desta matéria.

A história genética tem vindo a tomar cada vez mais uma importância fulcral em determinados aspectos, nomeadamente a nível da medicina. Muitas doenças têm origem genética e, a presença de certos genes agrava a probabilidade de se vir a padecer de determinada doença. Assim, o conhecimento das raízes genéticas, e, por essa via, os problemas de que os antepassados padeceram podem ser de grande valia no estudo e preparação médica (pode mesmo haver lugar a uma certa programação<sup>35</sup>) por parte dos descendentes ou parentes colaterais. Assim, ganha relevo e importância o acesso à informação genética<sup>36</sup>. Aliás, cada vez mais se apuram “doenças genéticas”, isto é, doenças para as quais há, geneticamente, uma preponderância para se desenvolverem e manifestarem em certo indivíduo. É expectável que, com o evoluir da ciência, mais especificamente no que à medicina concerne, se chegue a um estágio de desenvolvimento em que o conhecimento genético pode levar a tratamentos e correcções precoces. Conseguir-se-ia, então, corrigir o que de futuro poderia desenvolver malefícios para a saúde. Demonstra-se, assim, a necessidade de conhecimento dos seus ascendentes, da sua história, e daqueles com quem partilha genes<sup>37</sup> por forma a obter um conhecimento adequado e suficientemente profundo àquela programação<sup>38</sup>, só possível com todos os dados. Esta possibilidade pode ser fundamento, *per se*, de uma acção de investigação da paternidade.

Mas não só por motivos médicos tem interesse esta temática. Conhecer quem somos passa por conhecermos de onde viemos. E saber de onde viemos passa também por conhecer as nossas origens<sup>39</sup>, saber de quem somos descendentes, quem foram aqueles que antes de nós viveram e as suas histórias até que surjamos como um elo naquela cadeia que nos trouxe à

---

<sup>35</sup> Um dos casos mais paradigmáticos e mediáticos foi o da atriz Angelina Jolie que optou por proceder a uma operação preventiva retirando os ovários por fundado receio de desenvolver cancro já que, na sua família, havia tendência para o surgimento de tal cancro que se veio a revelar fatal para a sua mãe, avó e uma tia. Podem ler-se as declarações da própria em [http://www.nytimes.com/2015/03/24/opinion/angelina-jolie-pitt-diary-of-a-surgery.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2015/03/24/opinion/angelina-jolie-pitt-diary-of-a-surgery.html?_r=1), revelando-se o conhecimento dessas ocorrências essencial para que tivesse procedido àquela intervenção.

<sup>36</sup> Tomé, Herminia Campuzano, Noción Jurídica de la Información Genética a la Luz del Proyecto Genoma Humano, in Estudios Jurídicos en Homenaje al Profesor Luis Díez-Picazo, p. 390 *apud* Rafael Vale e Reis, O Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas *cit.*, pág. 119, para definir “O acesso à informação genética, enquanto «conjunto de dados relativos às características hereditárias de um indivíduo e revelados a partir de investigações efectuadas sobre o seu material genético»”.

<sup>37</sup> Indo de encontro àquele determinismo biológico que referem Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira, Curso de Direito da Família *cit.*, pág. 248.

<sup>38</sup> Apontava já para tal importância Maria José Capelo, Interesse Processual e Legitimidade Singular nas Acções de Filiação *cit.*, pág. 83.

<sup>39</sup> Numa perspectiva mais prática e menos filosófica deste pensamento.

vida<sup>40</sup>, enfim, pode resumir-se esta necessidade naquela expressão de ser possível a sua ‘auto-definição’<sup>41</sup>.

## 5. Caducidade nas Acções de Investigação

### 5.1. Prazo de Caducidade

Prescreve o legislador, no n.º 1 do art.º 1817.º, como regra geral, que a acção de investigação “*só pode ser proposta durante a menoridade do investigante ou nos dez anos posteriores à sua maioridade ou emancipação*”, estabelecendo-se, todavia, alguns desvios nos números 2 e 3 do mesmo artigo, permitindo que a acção seja proposta apesar do decurso daquele prazo<sup>42</sup>.

Ora, o legislador, ao inserir tal norma, estabelece um prazo de caducidade, tal como se retira do art.º 298º número 2, que prescreve que “*Quando, por força da lei ou por vontade das partes, um direito deva ser exercido dentro de certo prazo, são aplicáveis as regras da caducidade, a menos que a lei se refira expressamente à prescrição*”<sup>43</sup>.

Menezes Cordeiro entende a este propósito que “*Em sentido estrito, a caducidade é uma forma de repercussão do tempo nas situações jurídicas que, por lei ou por contrato, devem ser exercidas dentro de certo termo. Expirado o respectivo prazo sem que se verifique o exercício há extinção.*”<sup>44</sup>. Na mesma linha, Carvalho Fernandes salienta que “*A caducidade também dita*

---

<sup>40</sup> Como se refere no Acórdão do TC n.º 401/2011, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt) “*essa informação permite ao indivíduo encontrar pontos de referência seguros de natureza genética, somática, afectiva ou fisiológica, revelando-lhe as origens do seu ser. É um dado importantíssimo na sua historicidade pessoal*”.

<sup>41</sup> Cristina Dias, Investigação da paternidade e abuso do direito. Das consequências jurídicas do reconhecimento da paternidade, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 45, Janeiro/Março de 2014, Braga, CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho, pág. 51.

<sup>42</sup> Assim temos que, apesar do decurso daquele prazo de caducidade, são ainda possíveis as acções de investigação quando o registo do progenitor não era omissivo, podendo ainda a acção ser proposta nos três anos seguintes à rectificação, declaração de nulidade ou cancelamento do registo inibitório (n.º 2 do referido artigo). Ou, ainda, nos três anos seguintes à ocorrência de alguns dos factos previstos no número 3 do art.º 1817.º do CC, casos em que a maternidade foi, com sucesso, impugnada por terceiro, quando só após o decurso dos 10 anos após a maioridade tenha tomado conhecimento de factos que justifiquem a investigação (seja por cessação do tratamento como filho, seja por inexistência de maternidade determinada).

<sup>43</sup> Note-se que a caducidade é de conhecimento oficioso, nos termos do art.º 333º do CC. Não carece, assim, de ser invocada para que produza os seus efeitos tendo o tribunal mesmo o dever de conhecer dela.

<sup>44</sup> Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito Civil*, Volume V, Parte Geral, Coimbra, Almedina, 2011, pág. 207.



*preclusão, é o instituto pelo qual os direitos que, por força da lei ou de convenção, se devem exercer dentro de certo prazo, se extinguem pelo seu não exercício durante esse prazo.”*<sup>45</sup>.

Desde logo somos forçados a estabelecer uma crítica a que este direito possa ser restringido pelo mero decurso de um prazo, o que se revela uma arbitrariedade ou, se quisermos, nas palavras de Rafael Vale e Reis não faz “*sentido, tendo em conta o carácter claramente limitativo do exercício do direito (o filho, decorrido o prazo, perde definitivamente o direito ao vínculo), deixar o resultado ao sabor de uma opção hermenêutica de contornos mal definidos, e que sujeite a solução a uma álea pouco adequada à tutela dos valores em jogo*”<sup>46</sup>. Diga-se somente, por ora, acerca do nosso pensamento que a fixação de um prazo de caducidade - decorrido o qual, *ex lege*, ficaria o titular do direito impossibilitado de o exercer e, conseqüentemente, de constituir o seu vínculo familiar - é algo que não se pode aceitar<sup>47</sup> aos nossos olhos.

## **5.2. Fundamentos para a Previsão de um Prazo**

Os diferentes Autores e decisões jurisprudenciais sempre apontaram em abono da defesa da necessidade de previsão de um prazo de caducidade três grandes fundamentos, a saber, o Princípio da Segurança Jurídica, o Envelhecimento das Provas e a Protecção contra os “Caça-Fortunas”<sup>48</sup>.

Revela-se, pois, necessário conhecê-los em pormenor para que possamos analisar criticamente cada um deles.

O princípio da segurança jurídica<sup>49</sup>, neste contexto, reporta-se a que os indivíduos possam sentir a sua confiança jurídica estabilizada, ou seja, que “*as pretensões jurídicas não*

---

<sup>45</sup> Carvalho Fernandes, Teoria Geral do Direito Civil, Vol. II, Fontes Conteúdo e Garantia da Relação Jurídica, 5ª Edição Revista, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2010, pág. 705, nota 51

<sup>46</sup> Rafael Vale e Reis, O Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas *cit.*, pág. 206.

<sup>47</sup> *Infra* exporemos detalhadamente todos os demais motivos, legais e constitucionais que nos fazem defender a tese de que tal previsão é inconstitucional. Por ora, pretendemos apenas dar uma achega de que é algo que nos choca juridicamente, logo numa primeira análise das suas conseqüências.

<sup>48</sup> Assim encontramos, v.g. em Guilherme de Oliveira, Caducidade das Acções de Investigação, *In* Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977, Vol. I, Direito da Família e das Sucessões, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pág. 50.

<sup>49</sup> Para Pinto Bronze “*O «princípio da segurança jurídica, em sentido amplo», postula a transparência da «situação jurídica», i.e., que ela se revele facilmente cognoscível, com total confiança, por qualquer pessoa nisso razoavelmente interessada e que não possa ser arbitrariamente subvertida, e ainda que sejam previsíveis as concretas decisões das instâncias competentes para as proferir - o que nomeadamente acontecerá se puderem ter-*

*devem pairar indefinidamente sobre a cabeça dos sujeitos visados*”<sup>50</sup>. Isto é, a garantia de que *“a partir de um certo momento, a sua posição jurídica está definida, as suas contas estão encerradas para sempre*”<sup>51</sup>. Como é óbvio, este princípio tem o seu expoente de aplicação no que à situação patrimonial concerne, i.e., são os interesses patrimoniais<sup>52</sup> subjacentes ao estabelecimento da filiação que abalam com maior força a segurança jurídica. Note-se que, nestas situações, o investigado vê-se na possibilidade de ter de prestar alimentos e de ter mais um sucessor legalmente imposto (art.º 2157º), o que acarreta implicações, desde logo, na sua quota indisponível (note-se que pode ainda afectar outros herdeiros). É, pois, aqui que mais se sente a necessidade de protecção e vontade de garantir a estabilidade jurídica com a certeza de que, pelo decurso de certo prazo, se sedimenta aquela ‘verdade’ e que o possível investigador não mais poderá estabelecer aquele vínculo com as suas consequências. Este princípio da segurança jurídica emana do art.º 2.º da CRP, derivando do sentido de Estado de Direito Democrático. Não está expressamente previsto, mas advém da necessidade de segurança e da proibição da arbitrariedade, espírito imbuído naquele conceito<sup>53</sup>.

No que ao fundamento do envelhecimento das provas respeita, há que ter presente que, com o passar do tempo, a prova torna-se cada vez difícil de produzir e susceptível de, com habilidade, ser manipulada e confundida<sup>54</sup>. Principalmente quando tratamos de uma actividade probatória apoiada quase ou mesmo totalmente em recurso a prova testemunhal.

Por fim, no que aos caça-fortunas diz respeito, cumpre referir que muitas destas acções podem constituir-se em expressão de mera ganância dos investigadores, pretendendo, apenas, tornar-se sucessores dos progenitores, aproveitando-se do facto de serem filhos genéticos para

---

*se por justificadamente satisfeitas as exigências da «clareza do direito», da «estabilidade jurídica», da «consonância societária do direito» e da «paz jurídica», numa palavra, da efectiva «vigência do direito»*”. Lições de Introdução ao Direito, 2ª Edição Reimpressão, Coimbra, Wolters Kluwer Portugal e Coimbra Editora, 2010, pág. 487.

<sup>50</sup> Guilherme de Oliveira, Caducidade das Acções de Investigação *cit.*, pág. 50.

<sup>51</sup> Guilherme de Oliveira, *idem*.

<sup>52</sup> Neste sentido ver Rafael Vale e Reis, O Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas *cit.*, pág. 204. Apontando, e com o nosso aplauso, para que seja *“duvidoso que possa falar-se em paz jurídica quando estão em causa valores (aliás, indisponíveis) ligados à individualidade humana”*.

<sup>53</sup> Cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, Vol. 1, 4ª Edição Revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, pp. 205 e ss..

<sup>54</sup> *“As pessoas e os lugares alteram-se, a memória falha, todos os conluios podem florescer para apoiar uma acção bem urdida”*. In Guilherme de Oliveira, Caducidade das Acções de Investigação *cit.*, pág. 51.

enriquecerem<sup>55</sup>. Estes casos, que são perigosos por afectarem o sentido de justiça<sup>56</sup>, podem ser merecedores de tutela e protecção do investigado por a procura se traduzir somente num aproveitamento económico (para o caso de ser o único objectivo visado).

Após este grande tríptico de argumentos, encontramos ainda alguns outros que são considerados de menor relevo, mas que procuram também atribuir sustentáculo à norma legal. Entre os quais se encontram o interesse à paz familiar conjugal do investigado, ou seja, o direito que o investigado tem a que a sua paz familiar e/ou conjugal (pois pode ser casado com outrem que não a mãe do investigador ou ter outros filhos) e que esta não seja posta em causa por uma investigação da paternidade e subsequente estabelecimento da filiação<sup>57</sup>.

Encontramos também neste rol o direito à reserva da intimidade e vida privada do investigado<sup>58</sup>, que se vê confrontado com uma exposição em tribunal da sua vida íntima, que assim fica divulgada.

### **5.3. Críticas à Consagração de um Prazo de Caducidade**

Pessoalmente tecemos diversas críticas a tais argumentos expendidos pela Doutrina e Jurisprudência. E não nos sentimos desacompanhados - Guilherme de Oliveira foi um dos autores que alterou, profundamente, a sua posição ao longo do tempo. Vejamos, na sua obra *Critério Jurídico da Paternidade*, este Autor, atendendo ao peso que atribuía a estes argumentos concluía que serviam de fundamento bastante para a previsão do prazo de caducidade<sup>59</sup>.

---

<sup>55</sup> Em 2008, após a prolação do Acórdão 23/2006, de 10 de Janeiro de 2006, pelo Tribunal Constitucional, que declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral do artigo 1817º/1 do CC na versão anterior (isto é, na versão que estabelecia um prazo de caducidade de dois anos após a maioridade), o Dr. Alexandre Reis, na Bienal de Jurisprudência, apontou para este crescente perigo. A este propósito referiu que “*atribuir ao investigador um direito imprescritível poderá dar origem a que este venha a propor uma acção de investigação muito tempo depois do que seria razoável, com o claro propósito de perturbar e prejudicar o suposto pai ou com o fim de obter apenas vantagens patrimoniais, violando assim os direitos de personalidade do pretendo pai*”, 3ª Bienal de Jurisprudência, Direito da Família, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pág. 26. Ademais, interrogou-se sobre a possibilidade de lançar mão do abuso do direito como solução ou a previsão de um período mais longo. No entanto, discordamos do entendimento, já que na colisão entre os direitos do suposto pai e os do filho, aqueles não ficam desacompanhados, tanto pela possibilidade de recurso ao abuso do direito como por o próprio ser capaz de pôr termo à incerteza.

<sup>56</sup> Dizemo-lo no entanto com reservas. Veja-se a este propósito a nossa nota 178, *infra*.

<sup>57</sup> São sempre processos emotivos e que causam consequências de foro relacional.

<sup>58</sup> Na esteira do douto acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 9 de Abril de 2013 (processo 155/12.1TBVLC-A.P1, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)), diremos que este apuramento da paternidade sucede hoje em dia com muito menor intromissão na vida do investigado devido à possibilidade de prova por testes de ADN.

<sup>59</sup> Guilherme de Oliveira, *Critério Jurídico da Paternidade*, Coimbra, Livraria Almedina, 1998, pp. 463 e ss.

Todavia, mais tarde veio redimir-se dessa defesa<sup>60</sup> pugnando por retirar crédito aos fundamentos em que, antigamente, alicerçava a sua posição e veio enfatizar os contra-argumentos que apontam para a inconstitucionalidade do prazo<sup>61</sup>. Note-se que era com base nos trabalhos deste Autor que se construía a fundamentação de muitas decisões jurisprudenciais.

Desde logo temos que o princípio da segurança jurídica não é, nem pode ser pleno. Vale, e deve valer, mas não se pode tornar num escudo para tudo e qualquer coisa. Caso contrário o mundo seria um mundo estático e não o pode ser. Se o fosse, estaríamos quiçá ainda presos às *Institutas* de Gaio para que não se ferisse esse princípio. Não devemos olvidá-lo mas não devemos atribuir-lhe demasiado valor<sup>62</sup>. Aliás, Guilherme de Oliveira expõe de forma clara que “*De duas uma: se o suposto progenitor julga que é o progenitor, está nas suas mãos acabar com a insegurança – perfilhando – e se tem dúvidas pode mesmo promover a realização de testes científicos que as dissipem; se, pelo contrário, não tem a consciência de poder ser declarado como progenitor, não sente a própria insegurança. E, se for um dia surpreendido pelas consequências de um “acidente” passado há muito tempo, dir-se-á que tem sempre o dever de assumir as responsabilidades, porque mais ninguém o pode fazer no lugar dele.*”<sup>63</sup> No entanto, discordamos a certo ponto do autor ao desmerecer tão enfaticamente o princípio da segurança jurídica. De facto, ainda que se admita que o progenitor tem o dever de perfilhar - o que não deixa de ser dúbio ainda - sempre se dirá que a segurança jurídica pode não ser somente a que afecta o próprio. Note-se que, muitas vezes, tratamos com herdeiros do progenitor, que vêm, de forma surpreendente, afectadas as suas posições sucessórias pelo surgimento de um irmão de que não tinham, nem podiam ter, conhecimento<sup>64</sup>. Não tendo o legislador estabelecido

---

<sup>60</sup> Inicialmente, colocando reservas e dúvidas, veja-se Guilherme de Oliveira, *Critério Jurídico da Paternidade*, cit., pp. 139-140. Mais tarde, pronuncia-se sem reservas, como se pode constatar in *Caducidade das Acções de Investigação* cit., pp. 49 e ss.

<sup>61</sup> Refere o Autor que “*Voltando hoje ao assunto, penso que alguns dados do problema mudaram. Nesta balança em que se reúnem os argumentos a favor do filho e da imprescritibilidade da acção, e os argumentos a favor da protecção do suposto progenitor e da caducidade, creio que os pratos mudaram de peso*”, *Caducidade das Acções de Investigação* cit., pág. 53.

<sup>62</sup> No sentido de, antigamente, lhe ter atribuído um valor imerecido cfr. Guilherme de Oliveira, *Caducidade das Acções de Investigação* cit., pág. 53.

<sup>63</sup> Guilherme de Oliveira, *Caducidade das Acções de Investigação* cit., pág. 54.

<sup>64</sup> Não pomos em causa que o próprio Autor venha demonstrar que o legislador não mostrou preocupação com uma absoluta segurança patrimonial dos herdeiros. - Guilherme de Oliveira, *op. ult. cit.*, pág. 54. - Todavia, também é certo que uma imprescritibilidade poderia levar, *in extremis*, a uma alteração de herdeiros muitos anos depois (por exemplo, cinquenta anos após a partilha). Não cremos, no entanto, que assim devesse vir a ser, por julgarmos ser, neste caso, de aplicar o regime da usucapião para protecção dos herdeiros (art.º 2075º) ou ainda o recurso ao instituto do abuso do direito para impedir a produção de efeitos patrimoniais. Note-se ainda que pode haver lugar ao prazo de caducidade previsto no art.º 2059.º em que o direito de aceitar a herança “*caduca ao fim de dez anos, contados desde que o sucessível tem conhecimento de haver sido a ela chamado*”.

um prazo de prescrição para a petição da herança esta pode ser pedida a todo o tempo, operando, no entanto, e como forma de atenuação, o regime da usucapião<sup>65</sup>, mas, pela sua demora na aquisição por esta via não se salvaguarda, no maior dos casos, os herdeiros possuidores<sup>66</sup>. Todavia, não cremos que possam ser colocados os interesses de segurança jurídica a nível patrimonial acima do interesse do investigador a conhecer as suas origens e a constituir família pelo vínculo da paternidade<sup>67</sup>. Assim, o princípio da segurança jurídica deve ceder ante os demais fundamentos por forma a que o investigador possa, imprescritivelmente, exercer o seu direito a investigar e estabelecer a sua paternidade, repondo-se assim os direitos pessoais com maior peso que os de cariz patrimonial (como vimos *supra* o princípio da segurança jurídica reveste no caso eminentemente natureza patrimonial)<sup>68</sup>.

Em segundo lugar, e no que concerne ao envelhecimento das provas, tal só torna o ónus mais pesado para o próprio investigador<sup>69</sup>, uma vez que o tribunal, ao decidir, tem que estar convicto de que a pretensão que lhe é formulada corresponde à verdade, o que, pelas regras da experiência quanto mais “frescas” forem as provas, mais facilmente o juiz lhes atribuirá credibilidade e o próprio investigador terá facilidade em as reunir. Hoje em dia, num mundo

---

<sup>65</sup> Cfr. a este propósito Capelo de Sousa, Lições de Direito das Sucessões, Vol. II, 3ª Edição Renovada, Coimbra, Coimbra Editora, 2002, pág. 17, nota 32.

<sup>66</sup> Note-se que pode, desde logo, levar a injustiças materiais. Pense-se no caso de usucapião de um herdeiro que só recebeu na partilha bens móveis face a um que só recebeu imóveis. Considere-se que, decorridos, v.g. 8 anos, se estabelece a filiação de um outro irmão que se torna herdeiro legitimário do mesmo progenitor. Nesse caso, o primeiro veria acautelados todos os seus bens, pois adquiriu-os por usucapião (art.º 1298.º e ss), enquanto o segundo veria diminuída a sua herança (não ocorrera ainda a usucapião dos bens imóveis – cfr. art.º 1293.º e ss.).

<sup>67</sup> Neste sentido, salientamos as doutas palavras do Acórdão do TC n.º 486/2004 (consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt)), todavia ainda relativo ao regime anterior, à luz das quais “*Acrece que o argumento se situa num plano predominantemente patrimonial, não podendo ser decisivo ante o exercício de uma faculdade personalíssima, constituinte clara da identidade pessoal, como a de averiguar quem é o seu progenitor. Pode, aliás, deixar-se em aberto a questão de saber se a motivação, também patrimonial, da família do pretenso progenitor merce maior apreço do que a do investigador, quando aquela pretende ‘proteger’ a herança à protecção deste último, por se afigurar decisiva a impossibilidade de anular totalmente a possibilidade de exercer o ‘direito pessoal’ a conhecer o progenitor, a partir dos vinte anos, com invocação de uma tal motivação de segurança patrimonial. Perante esta diferença, verdadeiramente qualitativa, dos interesses em presença, afigura-se, aliás, difícil que se possa sindicar a motivação do investigador – e, de toda a forma, se a motivação censurável pode fundar limitações em casos extremos (a aplicação do instrumento do abuso do direito ou de outro remédio expressamente previsto), não legitimará por certo uma exclusão geral e total do direito a investigar a paternidade.*” - os sublinhados são nossos. Este entendimento formulado no Acórdão vai de encontro à nossa posição. O argumento da segurança jurídica, enquanto escudo que pretende salvaguardar interesses eminentemente patrimoniais, não pode servir de protecção do investigado para cercar o direito do investigador a conhecer o seu progenitor. Quando muito, existindo um caso de abuso de direito, a resposta do sistema deverá ser a da cisão patrimonial e pessoal como veremos *infra* em 8.. Tal solução, que não exclui o direito a investigar a paternidade, acautela os interesses patrimoniais do investigado. Note-se que, no acórdão referido, se aceita que a segurança jurídica possa justificar a existência de um prazo de caducidade, considerando apenas como inconstitucional o prazo previsto à data (dois anos após a maioridade).

<sup>68</sup> O recurso ao abuso do direito é apto a garantir esta segurança jurídica quando for merecedora dessa protecção.

<sup>69</sup> No mesmo sentido veja-se a posição de Guilherme de Oliveira, *in* Estabelecimento da Filiação *cit.*, pág. 41.

marcado pelos avanços científicos e pela facilidade de se recorrer ao teste de ADN<sup>70</sup> como prova genética, a certeza e fiabilidade da prova é muito superior<sup>71</sup>. Assim, não é difícil lograr-se uma quase certeza na paternidade, ultrapassando-se o risco de confusões entre pessoas, momentos, sítios e situações, existentes quando antes toda a prova era demasiado presa à testemunhal que, como é vulga opinião, é deveras falível e errónea<sup>72</sup>. Poderá colocar-se o problema de não existir v.g. corpo do ascendente(s)<sup>73</sup> para que se possa recorrer a este método, podendo colocar-se a questão de ser ou não exigível chamar, nesses casos, descendentes daquele para a realização da prova<sup>74</sup>, ainda que possuam legitimidade passiva no caso de já ter falecido o pretensu progenitor<sup>75</sup>. Pode interrogar-se ainda da dificuldade nos casos de não existir possibilidade de comparação de ADN, nem com parentes reconhecidos do suposto progenitor. Podemos, então, deparar-nos com uma prova diabólica e muito difícil de obter<sup>76</sup>. Mas aqui dá-se a produção de outra prova que deve ser valorada de acordo com um juízo no caso concreto, atendendo sempre ao facto do tempo decorrido e da sua credibilidade. Certo é que com a fiabilidade dada pelos testes de ADN a prova do parentesco é facilmente obtida com um grau de certeza bastante elevado<sup>77</sup>, senão em todos, pelo menos na maior parte dos processos.

---

<sup>70</sup> Esta generalização com testes de elevada fiabilidade levou a que, já em 2004, o TC se pronunciasse pela improcedência deste argumento. Cfr. Acórdão do TC n.º 486/2004, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>71</sup> Por norma rondam a probabilidade bioestatística de 99,997%, mas são considerados próximos da certeza quando iguais ou superiores a 99,5%.

<sup>72</sup> Com a prova por ADN é muito simples v.g. ultrapassar dúvidas resultantes de acções propostas com recurso a litisconsórcio alternativo. Para um maior desenvolvimento desta pluralidade subjectiva subsidiária ver Maria José Capelo, A Reforma Processual e as Acções de Filiação, *In* Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977, Vol. I, Direito da Família e das Sucessões, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 751 e ss.

<sup>73</sup> Quando exista ainda corpo pode colocar-se a questão de saber até que ponto é lícito ao tribunal ordenar a exumação do cadáver para a realização dos testes, mormente quando atendemos a motivos religiosos. No entanto, não colhe esta posição, tal como se constata a partir do entendimento dos tribunais. A título de exemplo, refira-se o Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 19 de Outubro de 2004, mencionado no caso apresentado pelo Dr. Alexandre Reis na Bienal de Jurisprudência, em que se pronunciou dizendo que “a paternidade é um valor socialmente eminente e os valores da dignidade moral, integridade moral e identidade pessoal se sobrepõem às crenças e sentimentos religiosos.”. Cfr. 3ª Bienal de Jurisprudência, Direito da Família *cit.*, pp. 21 e ss., todavia tal questão não é pacífica. Em sentido de que se revela necessário um justo equilíbrio entre os interesses do investigador e o respeito devido aos mortos cfr. J. P. Remédio Marques, O Prazo de Caducidade do N.º 1 do Artigo 1817.º do Código Civil e a Cindibilidade do Estado Civil: O Acórdão do Plenário do Tribunal Constitucional N.º 24/2012, A (In)Constitucionalidade do Artigo 3.º da Lei N.º 14/2009 e a sua Aplicação às Acções Pendentes na Data do seu Início de Vigência, Instauradas Antes e Depois da Publicação do Acórdão N.º 23/2006, *in* Textos de Direito da Família Para Francisco Pereira Coelho, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pág. 190.

<sup>74</sup> De facto, a valoração da recusa a realizar testes de ADN não pode ser igual se o recusante for o suposto progenitor ou se for um seu descendente, já que nestes aquele “silêncio” não pode inverter o ónus da prova já que não têm conhecimento da veracidade dos factos imputados ao progenitor (ou pelo menos não têm de os ter).

<sup>75</sup> O art.º 1819.º confere-lhes legitimidade passiva quando o suposto progenitor tenha falecido.

<sup>76</sup> Motivo pelo qual será sempre de interesse do investigador propor a acção o mais cedo possível.

<sup>77</sup> Como relembra Duarte Pinheiro, não devemos olvidar a prevalência da ideia de responsabilidade parental pelo ser humano gerado. Que, aliada à fiabilidade dos testes de ADN, faz pender a balança para um juízo de

Finalmente tecemos críticas ao fundamento dos caça-fortunas. Por um lado, o direito tem sempre possibilidade de reacção, recorrendo àquela que é a ‘válvula de segurança’ do sistema, o abuso do direito. Alguns autores<sup>78</sup> vêm retirar peso a este argumento alicerçando-se numa mudança da estrutura social e da riqueza, cada vez mais caracterizada pelo trabalho<sup>79</sup>. Não cremos que seja de grande valia tal argumento. Ainda que essa alteração se tenha produzido (o que não foi nos últimos anos mas já num passado longínquo<sup>80</sup>), alterando profundamente as composições patrimoniais, não implica, necessariamente, um decréscimo de acções cujo móbil é apenas económico e têm em vista ‘caçar-fortuna’. Não resulta de o montante das heranças ser inferior, ou a necessidade do investigante menor, que se vêem diminuídas as possibilidades de procura de estabelecimento da filiação por mero interesse económico<sup>81</sup>.

Porém, tal possibilidade de recorrer a essa ‘válvula de segurança’, como veremos *infra*<sup>82</sup>, coloca diversas questões.

Relativamente ao que concerne ao direito à tranquilidade e à ‘paz’ do investigado seguimos a esteira do TC pois “*não é digna de tutela, se se tratar realmente do progenitor. Este tem uma responsabilidade para com o filho que não deve pretender extinguir pelo decurso do tempo*”<sup>83</sup>. Pode já pensar-se no caso de se provar que não era, de facto, o progenitor e ter sido apontada essa possibilidade. Mas, se existia tal possibilidade essa paz não deve ser digna de tutela e, não a existindo, sempre poderá o investigante ser condenado em litigância de má-fé (art.º 542.º C.P.C.) ou inclusive, e em casos flagrantes, em pedido reconvenicional, ser levado a ter de indemnizar o investigado<sup>84</sup>, conseguindo, desta forma, equilibrar-se os interesses de ambos.

---

inconstitucionalidade - Jorge Duarte Pinheiro, Inconstitucionalidade do artigo 1817.º, nº 4, do Código Civil, *in* Cadernos de Direito Privado, nº 13, Janeiro/Março de 2006, Braga, CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho, pág. 69.

<sup>78</sup> Veja-se Guilherme de Oliveira, Caducidade das Acções de Investigação *cit.*, pág. 56.

<sup>79</sup> A este propósito, Guilherme de Oliveira aponta a mudança operada desde o Decreto n.º 2 de 1910 em que se lia “*O filho ilegítimo (...) presume-se pobre, salvo prova em contrário...*” *apud*, Guilherme de Oliveira, Caducidade das Acções de Investigação *cit.*, pág. 50.

<sup>80</sup> Cfr. Guilherme de Oliveira, Caducidade das Acções de Investigação, *cit.*, pp. 54 e 55.

<sup>81</sup> Claro que nesse passado, historicamente longínquo, tal poderia revelar-se mais evidente. Todavia, uma coisa não implica a outra.

<sup>82</sup> De que se trata nos pontos 7.e 8..

<sup>83</sup> Acórdão do TC n.º 486/2004, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>84</sup> Como é óbvio, quando for manifesta a insuficiência da prova e se demonstre que o investigado não tinha, legitimamente, razões para supor aquela paternidade. Isto, se no caso se verificarem os requisitos necessários da responsabilidade civil por factos ilícitos (Art.º 483.º), ou seja, o facto, a ilicitude, a culpa, o dano e o nexo de causalidade. Para se aprofundar cfr. Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, Direito das Obrigações, Vol. I – Introdução da Constituição das Obrigações, 13ª Edição, Coimbra, Livraria Almedina, 2016, pp. 253 e ss. e Mário

Em síntese, pensamos que os argumentos que fundamentavam a existência de um prazo de caducidade para intentar uma acção de investigação da paternidade, ruíram nos seus alicerces. A segurança jurídica não deve situar-se acima da possibilidade de estabelecimento do vínculo da filiação. Por outro lado, o recurso às análises do ADN -testes cuja fiabilidade é muito elevada - neutraliza os perigos do perecimento da prova. Também o argumento da protecção contra os caça-fortunas tem-se esbatido, quer pela nova composição patrimonial - se aceitarmos a posição de Guilherme de Oliveira que, a nosso ver não nos parece acertada, mas de que concedemos diferente entendimento - quer porque pode ser refreada pelo recurso ao instituto do abuso do direito. Finalmente, não outorgarmos crédito à defesa da reserva da intimidade e vida privada do investigado, é nosso entendimento que este direito não se pode sobrepor ao interesse do investigador a conhecer as suas origens e constituir família. Temos, pelos motivos aduzidos, que nos pronunciar pela improcedência de tais argumentos<sup>85</sup>.

## 6. Da (In)Constitucionalidade do Prazo

### 6.1. Enquadramento Constitucional

Antes de avançarmos para os debates e divergências que ocorrem tanto na jurisprudência como na doutrina, importa esclarecer o enquadramento constitucional do nosso sistema, designadamente o que tenha aplicação nesta questão que ora analisamos. Assim, deparamo-nos desde logo com o princípio da verdade biológica, talvez como corolário da defesa da inconstitucionalidade do prazo de caducidade, extraído da teleologia constitucional.

Nesse ensejo, temos que atender ao prescrito no artigo 26.º da CRP, nomeadamente no seu número 1, onde se lê: *“A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, (...) à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação”*. Conseguimos identificar, imediatamente, vários direitos previstos nesta norma. Facilmente notamos o direito à identidade

---

Júlio de Almeida Costa, *Direito das Obrigações*, 12ª Edição Revista e Actualizada, Coimbra, Livraria Almedina, 2011, pp. 517 e ss.

<sup>85</sup> Como refere Rafael Vale e Reis, *“Deixou de ser possível ancorar a limitação do direito de investigar a maternidade e paternidade em valores dignos de um nível de tutela que lhes permita ombrear com a protecção do direito ao conhecimento da história biológica”*. O Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas *cit.*, pág. 205.



pessoal<sup>86</sup>, o direito ao desenvolvimento da personalidade e o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar. Ora, aqui tratamos de direitos de personalidade<sup>87</sup>.

Um direito à identidade pessoal, isto é, ao que corresponde à individualidade da pessoa e do que compõe a sua singularidade face a todos os demais, sagra-se ainda no direito à historicidade pessoal do indivíduo<sup>88</sup>.

Já este direito à historicidade pessoal, nas palavras de Gomes Canotilho e Vital Moreira<sup>89</sup>, “*designa o direito ao conhecimento da identidade dos progenitores*”. Ou seja, conhecer a história da sua vida, desde o momento da sua concepção (e quais os responsáveis). Só destarte poderá ter um verdadeiro conhecimento da sua identidade pessoal e, por conseguinte, saber quem é<sup>90</sup>. Mas, já neste passo os mesmos autores alertam para o problema de saber se o direito à historicidade pessoal “*implica necessariamente um direito ao conhecimento da progenitura*”<sup>91</sup>, o que traria problemas em casos de adopção e inseminação artificial heteróloga e das “mães de aluguer”, caso sobre o qual os Autores referem que, sendo a resposta positiva, se “*postularia mesmo o direito à identidade genética como seu substituto*”<sup>92</sup>. Quer isto dizer que, nessas condições, passaríamos de um mero direito à historicidade pessoal enquanto conhecimento dos progenitores para um direito a conhecer das raízes genéticas<sup>93</sup>. Cremos que tal extensão e interpretação deste direito constitucional é meritória e deve valer<sup>94</sup>. De facto, o direito à nossa historicidade pessoal compreende conhecer quais as nossas raízes (quem são os verdadeiros progenitores, quais as circunstâncias do nosso

---

<sup>86</sup> Definido como “*uma unidade individualizada que se diferencia de todas as outras pessoas por uma determinada vivência pessoal*”, nas palavras de Jorge Miranda e Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, 2ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pág. 609.

<sup>87</sup> Neste sentido cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, *cit.*, pág. 461.

<sup>88</sup> Cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada *cit.*, pág. 462.

<sup>89</sup> *Idem.*

<sup>90</sup> “*Saber quem sou exige saber de onde venho, quais são os meus antecedentes genéticos, onde estão as minhas raízes familiares, geográficas e culturais*”. In Guilherme de Oliveira, Caducidade das Acções de Investigação *cit.*, pág. 51.

<sup>91</sup> Neste passo seguimos Rafael Vale e Reis quando critica os Autores citados referindo que “*Julgamos que as dúvidas não devem colocar-se no plano da consagração de um «direito ao conhecimento da progenitura», pois ele deve considerar-se inexorável e umbilicalmente ligado ao direito à identidade pessoal.*” O Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas *cit.*, pp. 59 e ss.

<sup>92</sup> Cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada *cit.*, pág. 462.

<sup>93</sup> Paulo Otero é um dos defensores da construção do direito ao conhecimento das origens genéticas. Cfr. Paulo Otero, Personalidade e Identidade Pessoal e Genética do Ser Humano: Um Perfil Constitucional da Bioética, Coimbra, Livraria Almedina, 1999, pág. 85.

<sup>94</sup> Alguns autores têm procurado encontrar extensão para o direito à identidade genética individual e seu conhecimento no n.º 3 do art.º 26.º da CRP, onde se estatui que “*A lei garantirá a dignidade pessoal e a identidade genética do ser humano*”.

nascimento e primeiros anos de vida cuja memória não possuímos). Note-se que, desde 2007, a visão jurídica tem vindo a tomar este rumo na descoberta da verdade genética e até biológica. Se atentarmos no novo Regime Jurídico do Processo de Adopção<sup>95</sup> de 2015 verificamos que no seu art.º 6.º está consagrado o direito ao acesso por parte do adoptado ao conhecimento das suas origens<sup>96</sup>. Já noutro âmbito, apesar do sigilo legalmente imposto no que às técnicas de PMA concerne este pode ser derogado quanto a certas informações quando motivos justificados o impuserem<sup>97</sup>.

Seguidamente, encontramos na Constituição o direito ao livre desenvolvimento da personalidade, que integra, agora, o rol de Direitos, Liberdades e Garantias, que, como o anteriormente tratado, se encontram constitucionalmente consagrados e protegidos<sup>98</sup>. Densificando-se este direito em várias vertentes, entre as quais e na esteira de Gomes Canotilho e Vital Moreira, no “*direito à criação ou aperfeiçoamento de pressupostos indispensáveis ao desenvolvimento da personalidade*”<sup>99</sup>. É, neste âmbito, que este direito assume relevância para a temática em questão. Para um verdadeiro e livre desenvolvimento da personalidade de um indivíduo cabe o conhecimento das suas origens biológicas e genéticas. Só assim pode lograr desenvolver em pleno a sua personalidade<sup>100</sup>.

Ainda no mesmo artigo constitucional, deparamo-nos com o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, contraponto dos direitos dos investigadores ao conhecimento das suas origens<sup>101</sup>. A doutrina tem-no dividido em dois direitos menores, sendo o primeiro o “*direito a impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e*

---

<sup>95</sup> Lei n.º 143/2015 de 8 de Setembro, vide nota 22.

<sup>96</sup> O regime vai melhor analisado a 10.1..

<sup>97</sup> Desenvolvemos a questão *infra* a 10.2..

<sup>98</sup> Para Gomes Canotilho e Vital Moreira “*constitui um direito subjectivo fundamental do indivíduo, garantindo-lhe um direito à formação livre da personalidade ou liberdade de acção como sujeito autónomo dotado de autodeterminação decisória, e um direito de personalidade fundamentalmente garantidor da sua esfera jurídico-pessoal e, em especial, da integridade desta*”. Constituição da República Portuguesa Anotada *cit.*, pág. 463.

<sup>99</sup> Cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada *cit.*, pág. 464. Os Autores, na sua exemplificação, referem que um desses direitos é o “*conhecimento da paternidade e maternidade biológica*”.

<sup>100</sup> Seguimos, aqui, Guilherme de Oliveira ao atribuir maior peso neste preceito ao direito do filho que ao do pai uma vez que para aquele “*o exercício do direito de investigar é indispensável para determinar as suas origens, a sua família*”. Caducidade das Acções de Investigação *cit.*, pág. 53. Encontramos ainda, na mesma obra citada mas na pág. 56, a consideração do Autor de que “*não dou relevância à liberdade-de-não-ser-considerado-pai, só pelo facto de terem passado muitos anos sobre a concepção; pai e filho estão inexoravelmente ligados*”.

<sup>101</sup> Concordamos com Guilherme de Oliveira quando aponta que, por vezes, é um assunto delicado principalmente quando a revelação é surpreendente, i.e., de um filho completamente desconhecido. Tal revelação torna-se apta a provocar reais e efectivos danos na esfera familiar do progenitor. Caducidade das Acções de Investigação *cit.*, pág. 52.

familiar”<sup>102</sup> e o segundo o direito a não as ver divulgadas. Este direito não é, contudo, inviolável, uma vez que tem que sofrer severas restrições. Perfilhamos o entendimento de Guilherme de Oliveira quando refere que “*prefiro tutelar o direito do filho a investigar a filiação a tutelar o direito do progenitor a esquivar-se à sua responsabilidade inalienável*”<sup>103</sup>. O Autor segue formando um paralelismo com a protecção que antes era conferida a progenitores casados ao tempo do nascimento ou reconhecimento, que entretanto deixaram de ter cabimento atento o desenvolvimento da mentalidade jurídica, por discriminatória.

Já a este propósito, e ainda no mesmo artigo, encontramos a protecção legal contra quaisquer formas de discriminação, proibindo-se tanto as discriminações directas como as indirectas. Ora, o estabelecimento de um prazo de caducidade para o exercício de um direito que está constitucionalmente previsto sem qualquer restrição pode constituir um caso de discriminação e ser violador daquele sentido de igualdade<sup>104</sup> que subjaz a este direito. Repare-se que, pelo mero decorrer de um dia, pode ser vedado a alguém os seus direitos de conhecer as suas origens, ainda que, em concreto, tal demora não se revele injustificada<sup>105</sup>. Note-se que, para contornar esta proibição carece-se de actuar ao coberto de uma causa de justificação que se revele como justa, necessária, adequada e proporcional<sup>106</sup>.

No artigo 36.º/1 da CRP deparamo-nos com “*o direito a constituir família*”<sup>107</sup>. Está, pois, constitucionalmente previsto que todos os indivíduos têm o direito a constituir família. Ora, o que o investigador pretende é ver o seu vínculo familiar estabelecido<sup>108</sup>, constituindo a acção de investigação de paternidade o único modo que lhe é possível usar para o conseguir.

---

<sup>102</sup> Cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada *cit.*, pág. 467.

<sup>103</sup> Cfr. Guilherme de Oliveira, Caducidade das Acções de Investigação *cit.*, pág. 55.

<sup>104</sup> Para Gomes Canotilho e Vital Moreira este direito “*terá conteúdo útil e autónomo como um direito especial de igualdade*”. Constituição da República Portuguesa Anotada, *cit.*, pág. 469.

<sup>105</sup> Apesar de ser nossa compreensão de que tal demora não carece de justificação. Trata-se de uma decisão do foro mais íntimo e pessoal possível, que só pode ser aferida e avaliada pelo próprio.

<sup>106</sup> Cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada *cit.*, pág. 470.

<sup>107</sup> Tal como Duarte Pinheiro, discordamos da possibilidade de existência de uma acção que apenas permita determinar a paternidade para o conhecimento das suas origens pois este direito a constituir família “*não se esgota no conhecimento e reconhecimento da ligação biológica*” uma vez que “*Abrange ainda a vida em família e o regime inerente à qualidade de familiar*”. Jorge Duarte Pinheiro, O Direito da Família Contemporâneo, 4ª Edição, Lisboa, AAFDL, 2013, pág. 173.

<sup>108</sup> Seguimos aqui o pensamento expresso nas palavras de Maria José Capelo quando refere que “*O direito a constituir família traduzirá o direito a estabelecer os laços biológicos de filiação, circunstância que provocará a constituição e relevância jurídica de outros laços sociais. Declarada a maternidade e/ou a paternidade desencadear-se-ão outros vínculos entre a criança e terceiros – com irmãos, avós, tios e primos. Surge, assim, uma nova constelação de parentela*”. In Interesse Processual e Legitimidade Singular nas Acções de Filiação *cit.*, pág. 74. Cumpre-se, destarte, o direito a constituir família.

E ainda no mesmo artigo, mas já no seu número 4, prevê-se que “*Os filhos nascidos fora do casamento não podem, por esse motivo, ser objecto de qualquer discriminação*”. Ora, se no casamento funciona a presunção de que o marido da mãe é o pai, nos casos em que tal não ocorre ou ainda quando a presunção é afastada e não é colmatada de outra forma, fica um vazio na paternidade. Nestes casos, e sendo vedado ao filho, pelo decorrer de um prazo de caducidade, a possibilidade de intentar uma acção para investigação e posterior estabelecimento da sua paternidade<sup>109</sup>, estaríamos a efectuar uma discriminação entre filhos nascidos dentro ou fora do casamento que contraria o texto constitucional e a sua teleologia<sup>110</sup>. Assim, e em articulação entre os dois direitos, temos que o direito a constituir família e o princípio da não discriminação dos filhos nascidos fora do casamento impõe a possibilidade de investigação e estabelecimento da paternidade sem restrição temporal.

Como é óbvio o princípio da igualdade está também presente na problemática, ainda que o seu âmbito seja mais genérico<sup>111</sup>. Previsto no art.º 13º da CRP<sup>112</sup>, encontra-se intimamente relacionado com a proibição de discriminações, contudo, sendo princípio geral perde relevância face àqueloutros específicos que referimos.

O Princípio da Segurança Jurídica que supra<sup>113</sup> foi exposto sucintamente, relaciona-se, nas doudas palavras de Gomes Canotilho, na necessidade sentida pelo homem “*de segurança para conduzir, planificar e conformar autónoma e responsabilmente a sua vida*”. Este Autor acrescenta que o indivíduo tem “*do direito poder confiar em que aos seus actos ou às decisões públicas incidentes sobre os seus direitos, posições ou relações jurídicas alicerçados em normas jurídicas vigentes e válidas por esses actos jurídicos deixado pelas autoridades com base nessas normas se ligam os efeitos jurídicos previstos e prescritos no ordenamento jurídico*”<sup>114</sup>. O princípio em referência encontra-se, consequentemente, ligado visceralmente à

---

<sup>109</sup> Apontam Gomes Canotilho e Vital Moreira para o facto de constituir “*Uma dimensão importante da igualdade de tratamento é o direito dos filhos nascidos fora do casamento à investigação da sua maternidade e paternidade (Ac.TC n.º 359/91), sem restrições ou requisitos despropositados ou desproporcionados*”. Constituição da República Portuguesa Anotada *cit.*, pág. 565.

<sup>110</sup> O argumento da necessidade de protecção da paz familiar e harmonia da família conjugal do investigado deve cair, sob pena de violarmos a constituição por discriminação a filhos nascidos fora do casamento. Neste sentido veja-se o Acórdão do TC n.º 486/2004, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>111</sup> Hoje o princípio da igualdade vale de forma material e não formal, impondo que se trate de forma igual o que é igual e de forma diferente o que é diferente.

<sup>112</sup> Para maiores desenvolvimentos leia-se Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada *cit.*, pp. 333 e ss..

<sup>113</sup> Vide 5.2..

<sup>114</sup> Cfr. Gomes Canotilho, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7ª Edição, Coimbra, Almedina, 2003, Pág. 257.

protecção da confiança e constitui, como já tivemos oportunidade de o dizer, uma emanção do Estado de Direito, derivando do art.º 2.º da CRP<sup>115</sup>.

Repare-se que todos estes direitos estão inseridos no âmbito de Direitos, Liberdades e Garantias, estatuto que lhes confere aplicabilidade directa de acordo com o art.º 18.º/1 da CRP, ou seja, “*são regras e princípios jurídicos, imediatamente eficazes e actuais, por via directa da Constituição*”<sup>116</sup>. Não estando dependentes, *prima facie*, de lei concretizadora<sup>117</sup>. Mais, materializando, “*A eficácia horizontal dos direitos, liberdades e garantias implica que tal como o Estado, também todas as entidades privadas estão sujeitas a um dever de não perturbar ou impedir o exercício dos direitos fundamentais*”<sup>118</sup>. Para a sua restrição<sup>119</sup> por lei é forçosa a existência de uma previsão constitucional expressa de tal possibilidade ou que esta seja necessária (tem, no entanto, de obedecer ao princípio da proporcionalidade que se desdobra nos três subprincípios já supra referidos, a saber, o da adequação, da necessidade e o da proporcionalidade em sentido restrito<sup>120</sup>). Todavia, temos que atender à questão de colisão de direitos<sup>121</sup>, ou seja, caso em que dois ou mais direitos constitucionais estão em conflito. Nestas situações, e por necessidade de compatibilização, tem que haver lugar a restrições não expressamente autorizadas pela Constituição. Assim, para esta necessidade, Gomes Canotilho avança como possibilidade de resolução uma “*harmonização de direitos, e, no caso de isso ser necessário, na prevalência (ou relação de prevalência) de um direito ou bem em relação a outro*”, o que faz alertando-nos para o facto de se revelar necessário um juízo de ponderação nas circunstâncias concretas “*pois só nestas é legítimo dizer que um direito tem mais peso do que outro*”<sup>122</sup>.

Assim, só após este juízo de ponderação para o caso sobre o qual nos estamos a debruçar podemos tomar uma posição. Decidimo-nos, então, pelo maior peso dos princípios que fundam

---

<sup>115</sup> Cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada cit.*, pp. 205 e ss..

<sup>116</sup> *Vide* Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição cit.*, Pág. 438.

<sup>117</sup> Neste sentido veja-se Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição cit.*, pág. 438 e Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada cit.*, pág. 382.

<sup>118</sup> Cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada cit.*, pág. 385.

<sup>119</sup> Durante um determinado período (nos finais do séc. XX) o próprio Tribunal Constitucional tinha como visão que a consagração dos prazos não traduzia uma verdadeira restrição mas apenas um condicionamento ao exercício do direito a investigar. Não podemos conceder tal entendimento. O prazo de caducidade traduz-se numa verdadeira restrição do investigador a estabelecer a sua paternidade e não meramente um condicionamento a fazê-lo.

<sup>120</sup> Neste sentido Cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada, cit.*, pp. 391 e ss..

<sup>121</sup> Para um maior desenvolvimento da temática veja-se Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição cit.*, pp. 1270 e ss.

<sup>122</sup> Cfr. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição cit.*, pág. 1274.

a inconstitucionalidade da norma que prevê o prazo de caducidade<sup>123</sup> das acções de investigação de paternidade/maternidade<sup>124</sup>. Os mesmos argumentos podem ser aduzidos em relação aos prazos de caducidade previstos nos números 2 e 3 do art.º 1817.º, nos quais a situação é, ainda, mais flagrante, por se tratarem de prazos muito curtos (três anos) para a matéria sobre que versam.

## 6.2. Debate Doutrinal

A Doutrina tem vindo a debater este tema cada vez de forma mais acalentada. Inicialmente, a maioria dos autores pronunciava-se pela constitucionalidade do prazo de caducidade<sup>125</sup>. Nesse sentido vemos o parecer<sup>126</sup> de Guilherme de Oliveira - que nos serve de exemplo paradigmático do acompanhamento do pensamento jurídico na sua constante evolução. Porém, no que se reporta a direito comparado, já em 1995, Pires de Lima e Antunes Varela apontaram que *“avolumara-se já em alguns sectores da doutrina estrangeira a tese de que a investigação, quer da paternidade, quer da maternidade, por respeitar a interesses inalienáveis do cidadão, incorporados no seu estado pessoal, não devia ser limitada no tempo”*<sup>127</sup>.

Com o decorrer do tempo começamos a aperceber-nos de grandes mudanças de pensamento. Vemos, desde logo, em Guilherme de Oliveira uma mudança drástica, sendo o próprio a apontar a sua diferença de reflexão atendendo a novos argumentos e às alterações entretanto ocorridas. Prima o Autor então, e contrariamente ao que fizera no passado, pela inconstitucionalidade do prazo de caducidade. É interessante esta alteração porque a maioria

---

<sup>123</sup> A favor deste juízo de inconstitucionalidade encontramos as posições de Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira, Curso de Direito da Família *cit.*, pp. 252 e 253; Rafael Vale e Reis, Filho depois dos 20...!, *in* Lex Familiae Nº1, Ano 1, n.º 1, 2004, pp. 130 e 134; Jorge Duarte Pinheiro, Inconstitucionalidade do artigo 1817.º, nº 4, do Código Civil *cit.*, pág. 69;

<sup>124</sup> No sentido de que os prazos de caducidade configuram uma restrição desproporcionada do direito à identidade pessoal e historicidade pessoal veja-se Jorge Duarte Pinheiro, O Direito da Família Contemporâneo *cit.*, pág. 172.

<sup>125</sup> Alguns Autores nem colocavam a questão, como Tomás Oliveira e Silva, Filiação, Constituição e Extinção do Respetivo Vínculo, Coimbra, Livraria Almedina, 1989, pp. 271 e ss., limitando-se a descrever os prazos existentes no sistema jurídico. Em abordagem semelhante encontramos José Neves e Norberto Martins, Direito da Família e dos Menores, Projecto Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Judiciários, INA, 2007.

<sup>126</sup> Cfr. Guilherme de Oliveira, Critério Jurídico da Paternidade, *cit.*, pp. 465 e ss,

<sup>127</sup> Pires de Lima e Antunes Varela, Código Civil Anotado, artigos 1796.º a 2023.º, Vol. V, Coimbra, Coimbra Editora, 1995, pág. 83.

dos Acórdãos<sup>128</sup> que defendiam a conformidade constitucional do prazo suportava-se nas palavras deste Autor.

Mais recentemente Guilherme de Oliveira pronunciou-se sobre a relevância da verdade biológica, a qual tem vindo a perder peso pela maior ênfase que tem sido atribuída à verdade afectiva, ou do “amor”, como a ela chega a referir-se<sup>129</sup>. No entanto, cremos que uma não impede a outra. O Sistema Jurídico, apesar dos casos apontados pelo Autor, continua a primar pela verdade biológica, que, a nosso ver, deve andar de mão dada à verdade afectiva, ou “verdade sociológica”<sup>130</sup>, pois está na possibilidade do Direito permitir essa conciliação<sup>131</sup>.

Ora, constatamos então que a doutrina se tem vindo a inclinar, quase toda<sup>132</sup> e à excepção de algumas vozes dissonantes, pela inconstitucionalidade do estabelecimento de um prazo de caducidade, assim como nós o fazemos.

Não olvidamos que permanecem alguns argumentos que suportam a ideia da previsão de um prazo, e que devem ser ponderados e têm o seu mérito mas, não podemos ignorar que aqueles que demolem essa construção são preponderantes no juízo de harmonização a nível constitucional. De facto, não podemos dar um maior relevo ao princípio da segurança jurídica que tantas vezes tem que sofrer entorses e restrições pelos mais diversos motivos (porque na vida a segurança não pode ser inabalável), aliado à forma como se devem ver os casos caça-fortunas (para os quais é possível tentar impedir a sua actuação). Não obstante, no que a estes concerne, sempre se dirá que podem ser caça-fortunas dentro do prazo que poderiam intentar a acção, assim como podem não o ser após o prazo. Motivo pelo qual, reiteramos, a análise deve ser cuidadosamente efectuada caso a caso, pois só no concreto se consegue aferir. Não pode o legislador presumir que após aquele prazo este intuito é o preponderante. Deve ser percepcionado no caso concreto e só nele se pode lograr obter justiça. Aliás, pode acontecer que, um ano após a maioridade, a propositura de uma acção constitua um acto qualificável como abuso do direito e, nessa medida, possam ser restringidos os seus efeitos patrimoniais

---

<sup>128</sup> V.g. o Ac. do TC n.º 506/99;

<sup>129</sup> Cfr. Guilherme de Oliveira, *Critérios Jurídicos da Parentalidade* cit., pp. 271 e ss.

<sup>130</sup> Cfr. Guilherme de Oliveira, *Critérios Jurídicos da Parentalidade* cit., pp. 299. Não concordamos, no entanto, quando o Autor admite valer-se desse interesse para “*proteger as situações de convivência consolidadas e favoráveis ao interesse do filho, contra a ação de impugnação*”.

<sup>131</sup> O Autor é o primeiro a reportar-se a exemplos (noutros Ordenamentos) de casos de multiparentalidade, veja-se Guilherme de Oliveira, *Critérios Jurídicos da Parentalidade* cit., pp. 291 e ss.

<sup>132</sup> Assim, e como já evidenciamos, Guilherme de Oliveira, Pereira Coelho, Rafael Vale e Reis, Cristina Dias, Duarte Pinheiro.

associados à sua procedência (pois os pessoais, dado que quanto a eles o abuso do direito nunca constituirá um obstáculo à sua produção<sup>133</sup>).

Alguns Autores, como Rafael Vale e Reis defendem que “*a tutela adequada ao direito ao conhecimento das origens genéticas, na sua dimensão de direito ao estabelecimento de vínculos de maternidade e paternidade, exige a abolição absoluta dos prazos de caducidade para o filho investigar esses vínculos*”<sup>134</sup>. Perfilhamos da mesma posição. Só na inexistência de prazo para que o investigador possa intentar a acção podem realizar-se completamente os seus direitos constitucionalmente previstos e pode, efectivamente, exercê-los. Só assim os seus direitos ficam, efectivamente, tutelados conforme lhes atribui força o art.º 18º da CRP.

Constatamos que a doutrina tem vindo a pender, quase em unanimidade, pela inconstitucionalidade da consagração de um prazo de caducidade nas acções de investigação da paternidade.

### 6.3. Divergência Jurisprudencial

A jurisprudência assume nesta matéria uma elevada relevância. É através das decisões dos nossos tribunais que acompanhamos a evolução do pensamento dos juízes, da aplicação prática nesta matéria e as soluções acolhidas.

Numa primeira fase, o TC considerou, em diversos momentos, que os prazos de caducidade eram compatíveis com a Constituição<sup>135</sup>. Vigorou, durante algum tempo, no TC o entendimento que o prazo de caducidade seria um mero condicionamento ao exercício do direito e não uma verdadeira restrição<sup>136</sup> e de que assim se assegurava um “*equilíbrio adequado*”

---

<sup>133</sup> Entendimento diferente teve, por exemplo, Guilherme de Oliveira. Defendeu que, nos casos limite, o recurso ao abuso do direito possa provocar com que “*o autor possa ser tratado como se não tivesse o direito que invoca – porque nunca o quis usar quando podia fazê-lo, porque se guardou para um momento em que o suposto pai organizou a vida a favor de outros herdeiros, porque o autor não pretende mais do que facturar no seu activo patrimonial*”. In Caducidade das Acções de Investigação *cit.*, pág. 57. Não podemos, pelo que supra ficou exposto perfilhar deste entendimento. O abuso do direito deve funcionar para impedir esse enriquecimento abusivo mas não deve cercar a possibilidade de estabelecimento da filiação e conhecimento das origens do investigador. Posição que, de certa forma, o Autor vem apontar ao referir-se ao exemplo de Macau (que *infra* analisaremos e teceremos as nossas próprias críticas e considerações), quando se refere a ser “*ilegítimo desprezar os efeitos pessoais*”.

<sup>134</sup> Rafael Vale e Reis, O Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas *cit.*, pág. 214.

<sup>135</sup> Assim *v.g.* nos Acórdãos do TC n.ºs 99/88; 413/89; 451/89; 506/99 e 525/03, que podem ser consultados em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>136</sup> A este propósito, vejam-se os acórdãos do TC n.º 99/88 e 370/91, consultados em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).



*entre o direito do filho ao reconhecimento da paternidade e o interesse do pretenso progenitor a não ver protelada a sua situação de incerteza, agravada pelo envelhecimento e aleatoriedade da prova, e ainda o interesse da paz conjugal do investigado e o direito à reserva da vida privada deste”<sup>137</sup>. Mas este entendimento foi ultrapassado com nota de que a distinção é “fundamentalmente prática, já que não é possível definir com exactidão, em abstracto, os contornos das duas figuras” tratando-se de “apenas um problema de grau ou de quantidade”<sup>138</sup>.*

Em 2004 veio o Tribunal Constitucional<sup>139</sup> julgar inconstitucional a previsão do prazo de caducidade previsto no antigo 1817.º/1. Defendeu-se que a alteração que supra referimos<sup>140</sup> “*não deixa incólume o equilíbrio de interesses e direitos constitucionalmente protegidos, alcançado há décadas, e sancionado também pela jurisprudência, empurrando-o claramente em favor do direito de conhecer a paternidade*”<sup>141</sup>. Contudo, o douto acórdão não veio pronunciar-se no sentido de apenas ser constitucionalmente admissível uma imprescritibilidade da acção de investigação, antes, considerou que o prazo previsto (dois anos após a maioridade) era inconstitucional por violação dos artigos 26.º, n.º1, 36.º, n.º1 e 18.º, n.º3 da CRP argumentando ainda que sempre seria desproporcionado o prazo previsto<sup>142</sup>.

Em 2006<sup>143</sup>, o TC veio declarar com força obrigatória geral a inconstitucionalidade do art.º 1817.º/1 na sua redacção em que se previa o prazo de caducidade de dois anos após a maioridade ou emancipação. Porém, deixou bem claro que “*o que está em questão não é qualquer imposição constitucional de uma «ilimitada (...) averiguação da verdade biológica da filiação». (...) no presente recurso está apenas em questão o concreto limite temporal previsto no artigo 1817.º, n.º 1, do Código Civil, de dois anos a contar da maioridade ou emancipação (portanto, no máximo, os vinte anos de idade do investigante. Não constitui, assim, objecto do presente processo apurar se a imprescritibilidade da acção corresponde à*

---

<sup>137</sup> Acórdão do TC n.º 401/2011, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>138</sup> Vieira de Andrade, Os direitos fundamentais da Constituição Portuguesa de 1976, 2ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2001, pág. 217;

<sup>139</sup> Acórdão do TC n.º 486/2004, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>140</sup> Ver supra os argumentos expendidos em 5.3..

<sup>141</sup> Acórdão do TC n.º 486/2004, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>142</sup> Por serem demasiado exíguos para, como refere o Acórdão do TC n.º 401/2011 (consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt)), “*efeito de uma serena avaliação e ponderação de todos os factores que podem condicionar a difícil tomada de decisão de pedir o reconhecimento judicial da paternidade por parte de quem até então não tinha quaisquer razões, ou pelo menos razões sérias, que justificassem a propositura de uma acção de investigação*”.

<sup>143</sup> Com o Acórdão do TC n.º 23/06, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

*única solução constitucionalmente conforme*”<sup>144</sup>. Pronunciou-se pela inconstitucionalidade desse prazo estabelecido, atribuindo grande relevo aos testes de ADN e à manifestação clara e inequívoca de que “*O desejo de conhecer a ascendência biológica tem sido tão acentuado, que se assiste a movimentações no sentido de afastar o segredo sobre a identidade dos progenitores biológicos, mesmo para os casos de reprodução assistida*”<sup>145</sup>. Foram, pois, à data, notórios para os juízes do TC os movimentos e as alterações produzidas, tanto a nível técnico (que permitiam fazer cair por terra alguns dos argumentos apresentados a favor da existência de um prazo de caducidade), como a nível de pensamento jurídico e suas preocupações (passou a dar-se um verdadeiro primado e relevo à descoberta da ascendência biológica como forma de ‘auto-conhecimento’ e ‘auto-definição’<sup>146</sup>).

Com a introdução da nova redacção do art.º 1817.º/1, dada pela Lei n.º 14/2009 de 1 de Abril, o problema colocou-se em diferentes moldes. Já não se previa um prazo de 2 anos após a maioridade ou emancipação, mas de 10 anos. Ora, com esta diferença substancial, e tendo sido o Tribunal Constitucional chamado novamente a apreciar da constitucionalidade da referida norma, este preferiu e até hoje tem optado por considerá-la conforme à Constituição, entendendo que o prazo estabelecido não se considera desproporcionado aos interesses em jogo, como veremos *infra*<sup>147</sup>.

No antigo enquadramento, o TC tendo sido requerido a pronunciar-se veio declarar com força obrigatória e geral a inconstitucionalidade da norma que previa o prazo de caducidade de 2 anos após a maioridade ou emancipação do investigador mas, tendo sido a legislação alterada

---

<sup>144</sup> Acórdão do TC n.º 23/06, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>145</sup> Acórdão do TC n.º 23/06, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>146</sup> Sobre esta questão e para um estudo mais profundo, leia-se Paulo Mota Pinto, O direito ao livre desenvolvimento da personalidade, in Brasil – ano 2000, Studia Juridica, Coimbra, Coimbra Editora, 2000.

<sup>147</sup> Não é, no entanto, este o nosso entendimento. Julgamos que o TC se tem debruçado erradamente sobre a questão pretendendo empecer as engrenagens que nos movimentam para o futuro. Parece-nos que têm aguardado que seja o legislador a resolver definitivamente, com uma alteração legislativa. A este propósito, lembramo-nos daquela personagem de Camilo Castelo Branco, Calisto de Barbuda que, tendo sido nomeado presidente municipal de Miranda e recebido críticas dos seus vereadores por pretender restaurar o foral atribuído pelo Rei Fundador (tendo estes argumentado que “*a humanidade havia já caminhado sete séculos depois que Miranda tivera foral*”), lhes responde: “*Pois se caminhou, - replicou o presidente – não caminhou direita. Os homens são sempre os mesmos e quejandos; as leis devem ser sempre as mesmas.*”. Camilo Castelo Branco, A Queda dum Anjo, 11ª Edição, Parceria A.M. Pereira Lda., 1970, pp. 13 e 14. Acabando por se despedir ficando fixado no passado. Ora, na consciência jurídica de hoje e pondo em balança todos os argumentos de um lado e do outro, não podemos deixar de nos inclinar pela inconstitucionalidade da previsão de um qualquer prazo de caducidade para a propositura da acção. Pena é que alguns prefiram olhar ainda fixamente para aquele passado ignorando o caminho já percorrido até hoje!

(atribuindo-se hoje um prazo de 10 e não 2 anos para a propositura da acção sob pena de caducar o direito), o caso mudou de figura.

Para o TC tem sido entendimento que este novo prazo é conforme à Constituição porquanto julga que o prazo de 10 anos se revela “*suficiente para assegurar que não opera qualquer prazo de caducidade para a instauração pelo filho de uma acção de investigação da paternidade, durante a fase da vida deste em que ele poderá ainda não ter a maturidade, a experiência de vida e a autonomia suficientes para sobre esse assunto tomar uma decisão suficientemente consolidada*”. Expendendo-se ainda que tal prazo de 10 anos “*não se afigura desproporcional*”<sup>148</sup>. Todavia, note-se que não foi unânime esta decisão, contou com 6 votos de vencido (dos 13 totais), tendo exercido o Presidente voto de qualidade, para desempate. No seu voto de vencido, o Juiz Joaquim de Sousa Ribeiro expressa-se pela inconstitucionalidade e refere que, na sua opinião, “*o acórdão falha rotundamente a operação de ponderação em que a decisão assenta. É assim porque sobrevaloriza indevidamente as razões de segurança jurídica, atribuindo-lhes um peso que elas constitucionalmente não têm*”<sup>149</sup>.

Todavia, o debate continua aceso e nos demais tribunais há decisões contraditórias. Muitas das decisões pendem para o juízo de inconstitucionalidade<sup>150</sup>. Mais recentemente, já vencidos pelo cansaço<sup>151</sup> os Tribunais superiores têm favorecido a constitucionalidade do prazo

---

<sup>148</sup> Acórdão do TC 401/2011, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>149</sup> Voto e declaração de vencido do Juiz Joaquim de Sousa Ribeiro no Acórdão do TC 401/2011, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt) onde este juiz refere que “*Tanto quanto me é dado ajuizar, nunca o Tribunal foi tão longe no acolhimento do princípio da segurança jurídica. E, em minha opinião, foi longe de mais*”.

<sup>150</sup> Neste sentido encontramos os acórdãos do STJ de 14 de Janeiro de 2014 (processo 155/12.1TBVLC-A.P1.S1); o de 10 de Janeiro de 2012 (processo 193/09.1TBPTL.G1.S1 onde se refere expressamente que “*O direito a investigar a paternidade ou maternidade é (...) imprescritível, não se justificando qualquer limite temporal para o seu exercício*”); o de 16 de Setembro de 2014 (processo 973/11.8TBBCL.G1.S1); o de 6 de Setembro de 2011 (processo 1167/10.5TBPTL.S1); o de 27 de Janeiro de 2011 (processo 123/08.8TBMMDR.P1.S1); o de 8 de Junho de 2010 (processo 1847/08.5TVLSB-A.L1.S1); o do TRP de 9 de Abril de 2013 (processo 155/12.1TBVLC-A.P1); o de 13 de Março de 2014 (processo 956/10.5TBSTS-D.P1); o de 3 de Junho de 2014, (processo 1261/12.8TBSTS.P1); o de 26 de Novembro de 2012 (processo 1906/11.7T2AVR.P1); o do TRL de 9 de Fevereiro de 2010 (processo 541.09.4TCSNT.L1-7); o do TRG de 6 de Junho de 2014 (processo 2777/13.4TBBCL.G1); o de 28 de Fevereiro de 2013 (processo 733/12.9TBFAF.G1), todos disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>151</sup> Por muito que os Tribunais comuns remetam para o TC este, uma vez que tem uma orientação definida nos termos do acórdão uniformizador de jurisprudência (Ac. n.º 401/2011), não pode decidir em contrário até ser alterada esta posição.

de caducidade<sup>152</sup>. Curioso é ainda um acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra<sup>153</sup> que veio julgar inconstitucional o prazo de dez anos, alargando-o para vinte anos nos termos da prescrição em geral. Temos, forçosamente, de discordar desta opção. Considerando inconstitucional o artigo 1817.º não poderia haver lugar à aplicação do regime da prescrição geral. De facto, o direito a propor uma acção de investigação da paternidade não se trata de um direito sujeito a prescrição<sup>154</sup>. Assim, sendo julgado inconstitucional na medida em que prevê um prazo de caducidade, poderá a acção propor-se a todo o tempo.

Mas, em abono da verdade, note-se que o TC não pode nas suas secções julgar inconstitucional o prazo de caducidade uma vez que há um acórdão uniformizador que produziu jurisprudência consolidada do TC<sup>155</sup>, referimo-nos ao acórdão n.º 401/2011 que foi proferido em Plenário<sup>156</sup>, estando os juízes empatados e tendo sido desempatado pelo Presidente.

Apesar dessa dificuldade, julgamos que o desenvolvimento do pensamento jurídico relativamente a esta problemática fará culminar, certamente, na unanimidade em considerar como inconstitucional a previsão de um prazo de caducidade para as acções de investigação da paternidade<sup>157</sup>.

## **7. O Exercício Abusivo do Direito ao Reconhecimento (Judicial) do Vínculo da Filiação**

---

<sup>152</sup> V.g. Acórdãos do STJ de 22 de Novembro de 2015 (processo 1292/09.5TBVVD.G1.S1); o de 17 de Novembro de 2015 (processo 30/14.5TBVCD.P1.S1); o de 9 de Abril de 2013 (processo 187/09.7TBPFR.P1.S1); o de 28 de Maio de 2015 (processo 2615/11.2TBBCL.G2.S1); o de 29 de Novembro de 2012 (processo 367/10.2TBCBC-A.G1.S1); o do TRP de 17 de Dezembro de 2014 (processo 1565/11.7TBMCN.P1); o de 10 de Dezembro de 2013 (processo 165/13.1TBVRL.P1); o do TRL de 13 de Fevereiro de 2014 (processo 9388/10.4TBCSC.L1-2); o do TRG de 10 de Julho de 2014 (processo 1974/13.7TBFAF.G1); o de 16 de Maio de 2013 (processo 223/10.4TBVCT.G1); o de 12 de Junho de 2012, (processo 2615/11.2TBBCL.G1-A); o do TRC de 8 de Setembro de 2015 (processo 4704/14.2T8VIS.C1), consultados em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>153</sup> Acórdão do TRC de 11 de Janeiro de 2011, processo 146/08.7TBSAT.C1, consultado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>154</sup> Cfr. art.º 298º do CC. Este direito não se insere no âmbito de “direitos que não sejam indisponíveis ou porque a lei não declare isentos de prescrição”.

<sup>155</sup> Por esse mesmo motivo observamos um crescente de decisões sumárias em relação à questão, improcedendo a inconstitucionalidade, tal como se pode verificar pelos acórdãos do TC n.ºs 594/2015, 302/2015, 704/2014, 383/2014, 350/2014, 166/2013, disponíveis em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>156</sup> Apesar dos votos de vencido e dúvidas existentes, tem-se pugnado por seguir a orientação daquele acórdão para maior certeza e uniformidade das decisões do TC.

<sup>157</sup> Cfr. Rafael Vale e Reis, Filho depois dos 20...! *cit.*, pág. 134. No final da sua exposição, o Autor termina com a expressão de que “pensamos ter-se atingido um ponto de não retorno”.

Como solução para a resolução da questão temos a possibilidade de recorrer ao instituto do abuso do direito, tal como já fomos explicitando ao longo deste estudo. O abuso do direito, como instituto de resposta do Direito a casos limite, é a forma de remédio contra situações que se revelariam injustas (ainda que o titular tenha, efectivamente, o direito na sua esfera a sua actuação merece tamanha censura jurídica que tal exercício é impedido<sup>158</sup>). Relaciona-se “*com situações em que a invocação ou o exercício de um direito que, na normalidade das situações seria justo, na concreta situação da relação jurídica se revela iníquo e fere o sentido de justiça e ainda a parte que abusa do direito, actua a coberto de um poder legal formal, visando resultados que, clamorosamente, violam os limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes, ou pelo fim económico ou social do direito*”<sup>159</sup>.

A duas soluções distintas pode levar o recurso a este instituto. Desde logo, e segundo algumas posições<sup>160</sup> poderia conduzir a uma impossibilidade de exercer o direito de intentar a acção. Porém, não cremos que seja uma resposta acertada. De facto, tal provocaria com que o indivíduo ficasse privado de estabelecer a sua filiação atentando-se contra os seus direitos constitucionalmente previstos. Diferentemente, a segunda solução tem o dom de harmonizar e compatibilizar o abuso do direito e os direitos constitucionais do investigante e investigado. Assim, passaria pela cisão do estatuto patrimonial e pessoal<sup>161</sup> do filho, ou seja, estabelecer-se-ia de igual forma o vínculo familiar sem que tal estabelecimento implicasse quaisquer efeitos patrimoniais. Destarte conseguir-se-ia impedir o uso abusivo e prosseguir na protecção dos direitos pessoais. Importa, pois, concretizar este recurso ao abuso do direito nos pressupostos e regimes dessa possibilidade de cisão.

## **8. Cisão da Componente Patrimonial e da Componente Pessoal do Status de Filho**

Aventou-se, como dissemos, para possível resolução do conflito inerente àquela ponderação, a possibilidade de cindir o estatuto pessoal de filho do estatuto patrimonial<sup>162</sup> que

---

<sup>158</sup> Apontando um exemplo que, em concreto, se poderia revelar abusivo cfr. J. P. Remédio Marques, *ob. cit.*, pág. 207 nota 83.

<sup>159</sup> Acórdão do TRL de 13 de Fevereiro de 2014 do processo 9388/10.4TBCSC.L1-2, consultado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>160</sup> Cfr. Guilherme de Oliveira, *Caducidade das Acções de Investigação cit.*, pág. 57.

<sup>161</sup> Neste sentido decidiu o Ac. do STJ de 18 de Fevereiro de 2015, no processo n.º 4293/10.7TBSTS.P1.S1, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>162</sup> Como refere Cristina Dias, “*a questão que se coloca é a de saber se será possível a imprescritibilidade da acção de investigação apenas com o fim de se reconhecer o vínculo da filiação e a verdade biológica, salvaguardando-se, assim, o direito constitucional à identidade pessoal e ao conhecimento da ascendência*”

deriva desse estabelecimento, designadamente para efeitos de direito a alimentos e à herança, leia-se, vocação sucessória.

Antes de avançarmos há que explanar que o nosso sistema jurídico consagra o princípio da indivisibilidade, também referido como da unidade de estado<sup>163</sup>, ou seja, não podemos separar o estatuto pessoal (vínculo como filho) do estatuto patrimonial (direito a alimentos, vocação sucessória), pois um implica o outro<sup>164</sup>. Assim, não poderíamos negar o estatuto patrimonial de filho e aceitar o pessoal.

Todavia este princípio sofre excepções. Na defesa da possibilidade de se cindir os dois estatutos são, comumente, apontados os regimes estabelecidos pelos artigos 1603.º e 1856.º<sup>165</sup>. Estes artigos constituem um desvio a este princípio, porquanto cindem os efeitos e atribuem apenas um deles. Há ainda Autores<sup>166</sup> que vêm destacar outras excepções que podemos encontrar, por exemplo, no artigo 1819.º/2, caso que é relevante para a matéria em apreço pois, se o investigador não demandar também os herdeiros e legatários, poderá ver reconhecido o seu vínculo de paternidade mas não gozará de efeitos sucessórios.

Esta é, então, uma possível solução para o problema<sup>167</sup>. Se, de facto, cindirmos o estatuto pessoal do patrimonial do filho ficam salvaguardados os interesses do progenitor – a sua segurança jurídica a nível patrimonial fica assegurada e protege-se de ‘caça-fortunas’. O mesmo se poderia dizer relativamente ao filho que veria a sua paternidade estabelecida logrando obter

---

*biológica, separando-se das consequências patrimoniais do mesmo reconhecimento e, em especial, da eventual obtenção de benefícios sucessórios*”. In Investigação da paternidade e abuso do direito. Das consequências jurídicas do reconhecimento da paternidade *cit.*, pág. 55

<sup>163</sup> A propósito deste princípio e admitindo a possibilidade de cisão em casos de abuso do direito cfr. J. P. Remédio Marques, *ob. cit.*, pp. 213 e ss.

<sup>164</sup> A velha de questão de se admitir como possível que seja filho apenas para determinados efeitos e para outros não.

<sup>165</sup> V.g. aponta-os Jorge Duarte Pinheiro, Inconstitucionalidade do artigo 1817.º, nº 4, do Código Civil *cit.*, pág. 71.

<sup>166</sup> Cristina Dias, Investigação da paternidade e abuso do direito. Das consequências jurídicas do reconhecimento da paternidade *cit.*, pág. 58.

<sup>167</sup> Possibilidade que vai admitida por Jorge Duarte Pinheiro, O Direito da Família Contemporâneo *cit.*, pág. 143. “*Em nosso entender, a propositura da acção de investigação de maternidade fora dos prazos do art. 1817º impede a obtenção pelo autor de benefícios sucessórios com base na filiação pretendida (e não o próprio estabelecimento da maternidade)*”. Discordamos, no entanto, da posição adoptada pelo Autor já que consideramos o prazo em si inconstitucional e, consequentemente, o seu decurso não extingue ou cinde os direitos patrimoniais. Ademais, não encontra o Autor fundamento legal para a sua tese. É nosso entendimento que a acção de investigação é imprescritível e que o estabelecimento da filiação implica o estatuto patrimonial de filho, exceptuados os casos em que esse estatuto deva ser afastado por abuso do direito, no caso concreto.

o estatuto de filho e estabelecer a sua ascendência, correspondendo, então, a verdade genética à registral<sup>168</sup>.

No entanto, há que atender ao facto de que um filho ficaria sem direito àquilo que a lei pretende que pertença aos filhos pelo mero facto de o serem. Note-se que os interesses patrimoniais e expectativas (sucessórias e de alimentos) são, regra geral, legítimas<sup>169</sup>. E de que não podemos admitir uma utilização genérica desta separação de estatutos. Tal levaria à existência de “*duas classes de filhos – uma com efeitos menores, apenas pessoais, e outra com efeitos plenos*”<sup>170</sup>. Diferentemente, é a solução do mecanismo de evicção do abuso do direito que paralise esse exercício<sup>171</sup> nos moldes em que, no caso concreto, é realizado (seja porque choça os limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes ou, ainda, pelo fim social ou económico desse direito).

Esta cindibilidade colheu mérito, em 2013, pelo Supremo Tribunal de Justiça<sup>172</sup> que veio sustentar que “*As consequências jurídicas do reconhecimento da paternidade podem ser restringidas nos seus efeitos à questão de estado – a filiação – não valendo para as consequências patrimoniais desse reconhecimento, permitindo em casos concretos, afastar o investigador da herança do progenitor, não sendo violado o princípio da indivisibilidade ou unidade do estado, podendo afirmar-se que, em caso de manifesto abuso do direito, o investigador, apesar de reconhecida a sua paternidade, poderá não beneficiar da vertente patrimonial inerente ao status de herdeiro. (...) se as circunstâncias forem de molde a considerar que o exercício do direito é abusivo – art. 334º do Código Civil – por, a coberto da pretensão do conhecimento da identidade genética, da busca do ser, se visa o ter, para almejar interesses de natureza patrimonial, o que afrontaria a consciência ética e os sentimentos sócio-afectivos*”<sup>173</sup>.

---

<sup>168</sup> A certo passo in Maria José Capelo, Interesse Processual e Legitimidade Singular nas Acções de Filiação *cit.*, pág. 82 vem a Autora afirmar que “*O conhecimento da verdade de sangue poderá ser útil para a identificação genética de um sujeito, mas não acarretar, de modo necessário, a edificação de uma relação jurídica. O facto daquela verdade emergir à luz do dia, isso não implica que necessite de ser iluminada pela luz do Direito*”.

<sup>169</sup> Só em casos de manifesta gravidade e reprovação jurídica devem ser separados os estatutos. Só em casos verdadeiramente limite podem ser cindidos.

<sup>170</sup> Guilherme de Oliveira, Caducidade das Acções de Investigação *cit.*, pág. 59, nota 19.

<sup>171</sup> Rafael Vale e Reis, O Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas *cit.*, pp. 210 e ss.

<sup>172</sup> Cfr. Acórdão do STJ de 9 de Abril de 2013 do processo 187/09.7TBPFR.P1.S1, que vai no mesmo sentido, acolhendo a possibilidade de cisão de estatutos e de recurso ao abuso do direito por forma a paralisar situações abusivas (cfr. o Ac. do TRL de 13 de Fevereiro de 2014 do processo 9388/10.4TBCSC.L1-2, consultados em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).

<sup>173</sup> Acórdão do STJ de 9 de Abril de 2013 do processo 187/09.7TBPFR.P1.S1, consultado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Mais recentemente, o STJ veio, no Ac. de 18 de Fevereiro de 2015 (no processo n.º 4293/10.7TBSTS.P1.S1), pronunciar-se pela possibilidade de cisão quando “*casuisticamente e num quadro factual exuberante de abuso do direito, se possa cindir, sem ofensa da Lei Fundamental o estatuto pessoal do estatuto patrimoniais inerente este à declaração de filiação, para acolhendo aquele e seus efeitos imateriais (...) se limitarem as consequências desse reconhecimento excluindo aspectos patrimoniais*”. Todavia, o STJ, no Ac. de 17 de Março de 2016 (no processo n.º 994/06.2TBVFR.P2.S1) veio pronunciar-se pela “*impossibilidade da dissociação entre os efeitos pessoais e os efeitos patrimoniais do estabelecimento da filiação*”<sup>174</sup>. Constatamos então uma divergência no STJ entre a sua admissão e recusa.

Porém, julgamos ver superada a dificuldade na cisão entre os efeitos patrimoniais e pessoais, não obstante tudo o que ficou exposto, quando, no caso concreto, se recorra expressamente ao instituto do abuso do direito<sup>175</sup> que ajuizamos adequado<sup>176</sup>, proporcional e

---

<sup>174</sup> É um caso deveras interessante em que o Tribunal, atendendo a toda a matéria provada, afastou a existência concreta de abuso do direito ainda que, à partida, fosse possível vislumbrá-lo, porquanto “Admitirmos que a afirmação da Autora, quando diz que o que pretende é um «acordo financeiro», constitui um acto que evidencia por parte da mesma abuso de direito com a instauração da presente acção de investigação de paternidade, é querer ver a árvore sem ter presente a floresta, é ter tal afirmação como o todo do discurso da Autora, com desprezo pelas anteriores tentativas de aproximação que a mesma fez sem qualquer sucesso”. Cfr. Ac. do STJ de 17 de Março de 2016 (processo 994/06.2TBVFR.P2.S1).

<sup>175</sup> Cfr. Rafael Vale e Reis, Filho depois dos 20...! *cit.*, pág. 132. O Autor considera que o recurso ao abuso de direito serve como mecanismo de protecção dos casos em que o móbil é somente alicerçado em “*interesses puramente egoísticos*”.

<sup>176</sup> Acompanhamos Duarte Pinheiro na sua critica a Guilherme de Oliveira por admitir o recurso ao abuso do direito após o prazo de caducidade com vimos supra em 7., questionando-se se não se deveria antes “*permitir a produção de alguns dos seus efeitos, dentro do que fosse aceitável (i.e., bastará negar-lhe tais benefícios, autorizando a constituição do vínculo de filiação?)*”. In O Direito da Família Contemporâneo *cit.*, pág. 177. Todavia, de seguida, a pág. 179 da mesma obra, vem o Autor bastar-se com a seguinte conclusão “*a proposição de uma acção de investigação fora dos prazos previstos naquele não impede a obtenção de uma sentença que estabeleça a filiação, obstando somente à relevância do reconhecimento de filho na sucessão legal*”. Não cremos ser este um entendimento acertado. Considerado o prazo de caducidade inconstitucional a acção pode ser proposta a todo o tempo. Sendo-o, só um efectivo exercício abusivo no caso concreto deve levar à cisão dos efeitos pessoais dos patrimoniais, contrariamente de ser aquele prazo previsto (hoje, como de caducidade) que marque, de *per se*, essa cisão. Pretende o Autor, na mesma obra e página, fazer uma leitura restritiva ou mesmo correctiva do artigo 1817.º entendendo, dessa forma, que o prazo apenas se aplicaria para efeitos sucessórios pois que “*fazer depender os direitos sucessórios do filho da instauração de uma acção de investigação dentro dos prazos deste artigo não colide nem com o direito à identidade pessoal, nem com o direito de constituir família*”. Quanto aos argumentos damos-lhe inteira razão, se aceitarmos a possibilidade constitucional da cisão deste *status* pelo mero decurso do tempo (do que temos grandes dúvidas). Não concordamos, no entanto, com a solução apresentada. De facto, a previsão de um prazo de caducidade para direitos sucessórios podia não ferir (pelo menos os mesmos artigos) os direitos constitucionalmente previstos, direitos esses que fundamentam a inconstitucionalidade do art.º 1817.º. No entanto, não se pode admitir esta leitura. Reitera-se que só no caso concreto pode o juiz valorar se a acção é abusiva – situação em que os efeitos patrimoniais devem cair por terra – ou se, pelo contrário, deve ser estabelecida a filiação com todas as suas legais consequências. Em Jorge Duarte Pinheiro, Inconstitucionalidade do artigo 1817.º, nº 4, do Código Civil *cit.*, pág. 71, o mesmo Autor vem sustentar uma interpretação que releve o elemento teleológico em detrimento do literal para permitir extrair do art.º 1817.º um sentido em conformidade com a CRP. Contudo, segue no entendimento de que “*os prazos devem ser cumpridos se o investigador quiser obter benefícios sucessórios do vínculo de filiação*”. Isto é, o Autor considera que após o prazo, por uma leitura do 1817.º em conformidade com a CRP deixaria de produzir, *ipso iure*, quaisquer efeitos sucessórios, pretendendo que a leitura



justificado. Contrariamente à solução que alguns pugnam de, decorrido que seja o prazo apenas se possam produzir efeitos pessoais (aquele prazo que hoje se encontra legalmente previsto). A solução passa, a nosso ver, pela produção de todos os efeitos pessoais e patrimoniais decorrentes do estabelecimento da filiação, uma vez que o prazo é, aos nossos olhos, inconstitucional. Ora, essa produção de todos os efeitos inerentes à filiação seria dada a todo o momento mas, sempre sob a mira da ‘válvula de escape’ do sistema, o abuso do direito. Portanto, não consideramos que possa constituir abuso do direito o estabelecimento da filiação em si (por todos os motivos que já ficaram supra expostos), antes, consideramos que o instituto pode operar nos casos em que seja evidente que o investigador apenas tem como alvo o seu enriquecimento, e que essa pretensão, nos moldes em que está a ser requerida<sup>177</sup>, constitui um abuso do seu direito a estabelecer a sua paternidade, caso em que o estabelecimento da filiação se restringiria apenas aos efeitos pessoais, denegando-se os efeitos patrimoniais<sup>178</sup>. Isto porque resultaria inconstitucional quando tal cisão fosse determinada legalmente, v.g. pelo mero estabelecimento de um prazo, sem qualquer observância à concreta facticidade<sup>179</sup>. A tese por que pugnamos é que a previsão de um prazo de caducidade nas acções de estabelecimento de filiação é inconstitucional e, como tal, não se podem restringir os seus efeitos e a possibilidade de se recorrer a esta acção, para que um filho possa intentá-la por forma a estabelecer a sua paternidade. Ora, uma cisão que tivesse por base o tempo decorrido (v.g. uma cisão operada pelo facto de intentar a acção depois dos dez anos após a maioridade) seria inconstitucional, pois, não existindo prazo para se propor a acção, estaria a tratar-se de forma diferente algo que seria igual. Assim, e nesta situação, e como julgamos que, em qualquer momento (ainda que se entendesse que o prazo de caducidade não seria inconstitucional, o que fazemos por mero raciocínio académico), o recurso ao abuso de direito por forma a cindir os estatutos pode ser

---

do nº 1 do referido artigo passe a ser feita começando-se por “*para efeitos sucessórios*”. Não poderíamos discordar mais desta leitura, como já deixamos patente.

<sup>177</sup> Porquanto o interesse na herança é, em si, legítima, caso contrário não se pretenderia proteger as legítimas expectativas dos demais herdeiros em que se assenta também o princípio da segurança jurídica quanto a estes.

<sup>178</sup> O que é, desde logo, criticado pelo Juiz Conselheiro Salazar Casanova na sua declaração de vencido no Acórdão do STJ de 9 de Abril de 2013 (no processo 187/09.7TBPFR.P1.S1, consultado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)) referindo o Meritíssimo Juiz que “*Por isso, ainda que se tivesse provado que a autora propôs a presente acção apenas porque, reconhecida como filha, tinha em vista vir a receber o património do pai, tal razão poderá ser interessante numa perspectiva de mera crítica moral (que tenho por discutível) mas não me parece aceitável no plano jurídico e, designadamente, no que respeita ao direito constituído*”. Não ficamos indiferentes aos argumentos expendidos pelo douto Juiz, todavia, consideramos que, verificando-se no circunstancialismo concreto o propósito da acção ter sido só ou principalmente a obtenção de benefícios económicos, possa ser paralisado pelo abuso do direito. Funcionando como protecção pois tal utilização choca, não só a nível moral mas ao próprio Direito, revestindo-se numa conduta merecedora de censura ético-jurídica por um aproveitamento da relação de parentesco para enriquecimento.

<sup>179</sup> O *status* é, tendencialmente, único.

mobilizado. Isto é, mesmo no caso em que ainda operasse a caducidade (se a admitíssemos). Como é óbvio, esse recurso deve ser cometido com a parcimónia que nestas matérias é forçosa. Servindo apenas como resposta para casos gritantes de “caça-fortunas” ou, casos em que a estabilidade patrimonial do próprio investigado ou de terceiros seria posta em causa de forma tão gravosa que mereça tutela, casos esses aferidos pela conduta do investigador, a título de exemplo, quando, por sua culpa não diligenciou por, num tempo razoável, ter estabelecido aquele vínculo, podendo tê-lo feito. A este propósito impera aquele velho brocado latino *dormientibus non succurrit jus*<sup>180</sup>. Esta visão é diferente de estabelecermos um prazo uma vez que é aferida concretamente<sup>181</sup>, verificando, naquele caso, se aquela pessoa, ao procurar estabelecer só naquele momento a paternidade (quando já o poderia ter feito muito anteriormente), está a causar um abalo na segurança jurídica de outros revelando uma conduta abusiva. Podendo, então, o direito reagir com uma cisão entre o seu estatuto pessoal e patrimonial (pois o pessoal não pode, em caso algum, ser vedado sob pena de inconstitucionalidade).

Ora, como vimos, o princípio da indivisibilidade do *status* do indivíduo (pessoal e patrimonial) não é absoluto, a própria lei vem consagrar derrogações, v.g. as previstas nos artigos 1603.º e 1856.º, pelo que o recurso a esta cindibilidade entre estatutos, aferida no caso concreto pelo crivo do abuso do direito (previsto no art.º 334º e visto como válvula de segurança do sistema jurídico), deve ter lugar sempre que o juiz, no circunstancialismo inerente à concreta factualidade, verifique (e assim tenha sido invocado) que a situação se trata de um exercício abusivo ao qual apenas se devam aplicar efeitos pessoais (constitucionalmente protegidos e de que não vislumbramos possibilidade de cercear), e não os patrimoniais<sup>182</sup>. Em suma,

---

<sup>180</sup> Todavia, e como apontou na sua declaração de voto vencido o Juiz Joaquim de Sousa Ribeiro, “a *simples inércia ou passividade, durante certo período temporal, em tomar a iniciativa de investigação da paternidade não deve ser destrutiva da legitimidade para o fazer quando, no critério actual do próprio, tal corresponde ao seu interesse na constituição plena da sua identidade pessoal. Tanto mais que o querer exercer, apenas numa fase mais tardia da vida, um direito de investigação que anteriormente foi negligenciado não é susceptível de censura por uma valoração externa, segundo padrões de conduta normalizada, tão complexa e singularizada é a teia de determinantes da decisão e forte a carga emocional que, muitas vezes, a caracteriza. Sem esquecer, no mesmo sentido, que a afirmação desse interesse, numa fase etária mais avançada, pode ser legitimamente influenciada pela consideração (só então possível) do interesse de outros (e, eventualmente, por pressão destes), igualmente afectados pelo desconhecimento da ascendência do investigador*”. Acórdão do TC 401/2011, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt).

<sup>181</sup> Como a justiça material reclama.

<sup>182</sup> Seguimos na esteira de Cristina Dias, *Investigação da paternidade e abuso do direito. Das consequências jurídicas do reconhecimento da paternidade cit.*, pág. 58 quando a Autora aponta que “Assim sendo, e uma vez que desta forma se assegura o direito fundamental do filho em ver estabelecidas as suas relações de filiação, parecem ser de defender a possibilidade de cindir os efeitos do reconhecimento da maternidade/paternidade, afirmando o direito pessoal, o estatuto da filiação, e recusando o direito patrimonial/sucessório se, no caso concreto, se considerar que o exercício do direito é abusivo, nos termos do art. 334.º do CC”. Ainda que a Autora o faça

entendemos que deve ser por esta atitude censurável por parte do investigador que se lhe retiram os efeitos e não pela mera existência de um prazo objectivo, como alguns autores sustentam<sup>183</sup>.

## **9. Contributos do Direito Internacional e Direito Estrangeiro**

### **9.1. Do Direito Internacional**

A questão do estabelecimento do prazo de caducidade para a proposição de uma acção de investigação da paternidade foi, também, já colocada noutros ordenamentos e foi levada à apreciação do TEDH.

O TEDH tem vindo a ser interrogado da conformidade do prazo com o disposto no artigo 8.º, n.º 1 da CEDH, importa pois estudá-lo e, como veremos, dele se retira cara e coroa. Estatui então que “*Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência*”. Por um lado, nele se alicerça o direito (fundamental) de investigação e conhecimento das origens genéticas<sup>184</sup>. Por outro, nele se escuda o investigado e a sua família, com um contra-direito de tranquilidade das suas vidas familiares. O TEDH tem entendido que um prazo longo logra equilibrar e harmonizar as duas posições distintas. Assim, chegou à conclusão de que a existência de um prazo não é, de *per se*, ofensor da CEDH. Remete-se, então, para uma verificação prática e concreta em que se analise a natureza, a duração e características desse prazo, ajuizando se estas são justas e compõe os interesses contrapostos, como forma de aferir a sua conformidade à Convenção.

No caso *Backlund Vs. Finlândia* (queixa n.º 36498/05 decisão de 12/10/2011) o Tribunal vem reiterar que já anteriormente tinha aceite a introdução de um prazo de caducidade para a propositura da acção, a este propósito vejam-se os casos *Mizzi Vs. Malta* (queixa n.º 26111/02 decisão de 12/01/2006), *Rasmussen Vs. Dinamarca* (queixa n.º 8777/79 decisão de

---

timidamente uma vez que acaba por admitir duas hipóteses (a descrita ou a de negar ao autor da ação de investigação a possibilidade de reconhecer a sua filiação). Como já fomos referindo, essa outra posição que o priva da propositura da acção não se coaduna com a nossa posição e não a podemos admitir por inconstitucional.

<sup>183</sup> Nessa posição, Jorge Duarte Pinheiro, Inconstitucionalidade do artigo 1817.º, nº 4, do Código Civil *cit.*, pág. 71.

<sup>184</sup> “*According to the Court’s case-law, a situation in which a legal presumption is allowed to prevail over biological reality might not be compatible, even having regard to the margin of appreciation left to the State*”. *Mizzi Vs. Malta* (queixa n.º 26111/02, decisão de 12 de Janeiro de 2006), disponível em <http://www.echr.coe.int/hudoc>.

28/11/1984), *Shofman Vs. Rússia* (queixa n.º 74826/01 decisão de 24/11/2005), *Phinikaridou Vs. Chipre*<sup>185</sup> (queixa n.º 23890/02 decisão de 20/12/2007), sustentando que a existência de uma limitação temporal não é *per se* incompatível com a Convenção. Admite, no entanto, que os indivíduos têm direito a conhecer as suas origens, remetendo então para um “*balancing of interests test*”<sup>186</sup>, i.e., um balanceamento entre os interesses, levando em conta o momento em que tomou conhecimento das circunstâncias que fazem crer naquela relação de paternidade (se o conhecimento foi anterior ou posterior ao prazo de caducidade). Considerando, ainda, que limites temporais muito curtos são, manifestamente, contrários e violadores da Convenção, apontando para a necessidade de ser atribuída ao investigador uma efectiva possibilidade a propor a acção.

Contudo, se atentarmos nas diferentes decisões, parece-nos que o TEDH, ao julgar dessa forma, mais não pretendeu que dar espaço de manobra aos países para, de acordo com o próprio pensamento, tomarem o rumo que desejarem desde que não se considere totalmente ferido o núcleo essencial da CEDH, i.e., que os países fixem um prazo que seja minimamente razoável para o exercício do direito<sup>187</sup>.

Assim, o TEDH remete, em termos genéricos, para as legislações e constituições nacionais, impondo apenas um limite de razoabilidade para considerar o prazo em conformidade com a CEDH.

## 9.2. O caso especial do Direito de Macau

Optamos por especializar o caso de Macau ao qual daremos maior foco uma vez que consagra uma opção deveras interessante. Encontramos no Código Civil de Macau, mais precisamente no artigo 1677.º/1, a possibilidade de a acção ser proposta “*a todo o tempo*”. Interessante é, também, a solução consagrada no seu número 2 de que “*O cônjuge ou os*

---

<sup>185</sup> Todos estes acórdãos encontram-se disponíveis para consulta em <http://www.echr.coe.int/hudoc>.

<sup>186</sup> Cfr. *Phinikaridou Vs. Chipre* (decisão de 20 de Dezembro de 2007, por base na queixa n.º 23890/02), disponível em <http://www.echr.coe.int/hudoc>.

<sup>187</sup> Assim encontramos no caso *Backlund Vs. Finlândia* (decisão de 6 de Julho de 2010, por base na queixa n.º 36498/05): “*Hence, even having regard to the margin of appreciation left to the State, the Court considers that the application of a rigid time-limit for the exercise of paternity proceedings, regardless of the circumstances of an individual case and in particular, the obligation to take action within that time-limit, impairs the very essence of the right to respect for one’s private life under Article 8 of the Convention*”. Disponível em <http://www.echr.coe.int/hudoc>.

*descendentes do filho podem prosseguir na acção, se este falecer na pendência da causa; podem igualmente propô-la até 1 ano após a morte do filho, se este morreu sem a haver intentado”, ao permitir àqueles indivíduos que, mesmo após a morte do possível investigador que não tenha proposto a acção, o direito de a proporem eles<sup>188</sup>. Tal regime é também aplicável à investigação da paternidade por remissão do artigo 1722.º.*

Atente-se ainda à solução adoptada como forma de tentar acautelar a segurança jurídica e evitar as acções de caça-fortunas, no regime que se estabelece no artigo 1656.<sup>o189</sup>. Neste, constata-se que há uma cisão entre o *status* do investigador que, ainda que veja o seu vínculo de filiação estabelecido, vê os efeitos patrimoniais excluídos, i.e., o surgimento do vínculo não terá eficácia a nível patrimonial, nem produzirá efeitos sucessórios ou de alimentos, quando preencha um dos casos previstos. Ou seja, se intentar a acção 15 anos após o conhecimento dos factos dos quais poderia concluir pela relação de filiação (seguindo a velha máxima do *dormientibus non succurrit jus*), ou, quando se verifique, pelo circunstancialismo do caso concreto, que o propósito principal foi a obtenção de benefícios patrimoniais (consagrando então o necessário ‘remédio’<sup>190</sup> para casos abusivos). Assim, salvaguardados ficam os interesses de ambas as partes, garantindo-se segurança jurídica e protecção contra os caça-fortunas e, ao mesmo passo, a possibilidade de estabelecer o vínculo de filiação. Tecemos, no entanto, uma crítica que não podemos deixar de considerar por discordarmos, nessa parte, com a opção legislativa de Macau. Apesar do decurso do tempo (15 anos após o conhecimento dos

---

<sup>188</sup> O que já vem de encontro ao que está estabelecido entre nós no art.º 1818.º do CC. No entanto, não é aqui imposto qualquer limite temporal além do marco da morte do filho, entre nós, só o podem fazer se o filho morrer dentro do prazo que teria para a propor.

<sup>189</sup> “1. A declaração de maternidade, a perfilhação e o estabelecimento da filiação em acção de investigação de maternidade ou de paternidade são ineficazes no que aproveite patrimonialmente ao declarante ou proponente, nomeadamente para efeitos sucessórios e de alimentos, quando:

a) Sejam efectuadas ou intentadas decorridos mais de 15 anos após o conhecimento dos factos dos quais se poderia concluir a relação de filiação; e

b) As circunstâncias tornem patente que o propósito principal que moveu a declaração ou proposição da acção foi o da obtenção de benefícios patrimoniais.

2. O prazo fixado na alínea a) do número anterior, para além de estar sujeito às restantes regras da prescrição, não começa nem corre enquanto:

a) O declarante ou proponente não for maior ou emancipado;

b) O declarante ou proponente se encontrar interdito por anomalia psíquica ou sofrer de demência notória;

c) Entre o filho e a pretensa mãe ou pai existir posse de estado; ou

d) Para efeitos das acções de investigação de maternidade ou paternidade propostas pelo filho, este e a pretensa mãe ou pai forem reputados e se tratarem entre eles respectivamente como filho e mãe ou filho e pai.”

<sup>190</sup> Remédio pedido pela doutrina e jurisprudência, veja-se o Acórdão do TC n.º 23/06, citando o Acórdão do TC n.º 99/88, consultado em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt), “o tratamento destes casos-limite com um adequado “remédio” excepcional (seja ele específico – cfr. o regime referido do Código Civil de Macau – ou geral, como o abuso do direito, considerando-se ilegítimo desprezar os efeitos pessoais a ponto de se considerar a paternidade como puro interesse patrimonial, a “activar” quando oportuno.”

factos) julgamos que não se deve atribuir ineficácia patrimonial<sup>191</sup> ao estabelecimento da filiação, porquanto não deve ser o decurso de um prazo a provocar a cisão do estatuto pessoal e patrimonial, antes, deverá somente haver lugar a separação quando, em concreto, se prove que o propósito desse estabelecimento foi pura ou principalmente a obtenção de benefícios económicos, caso em que, entre nós, deve operar o abuso do direito e, em Macau, como remédio específico para a questão, a ineficácia prevista no artigo 1656.º/1/b). Note-se que, se entre nós fosse consagrada igual norma, consideraria inconstitucional a sua alínea a) (por violadora do núcleo essencial dos art.ºs 26.º/1 da CRP na parte de “*protecção legal contra quaisquer formas de discriminação*”, 36.º/5 da CRP na medida em que os pais têm o dever de “*manutenção dos filhos*”), por cindir, pelo mero decurso do tempo e afastado da realidade concreta os estatutos que têm de ser, tendencialmente um único<sup>192</sup>. Assim, entre nós, o estatuto seria único (conglomerando o patrimonial e pessoal), excepto em casos-limite em que, por recurso abusivo, a reacção do Direito tenha de ser a de os separar, por forma a garantir os direitos pessoais e a negar (por reprovável para o Direito) o *status* patrimonial, comumente inerente àqueloutro.

### 9.3. Direito de Alguns Estados da CPLP

O Código Civil Brasileiro prevê, no seu artigo 1606.º, que “*A acção de prova de filiação compete ao filho, enquanto viver, passando aos herdeiros, se ele morrer menor ou incapaz.*”. Não estabelece, pois, nenhum prazo de caducidade apenas impondo que seja o próprio filho, enquanto viva, a manifestar a vontade de interpor a acção exceptuando-se os casos em que morra menor ou incapaz. Nestes, atribui-se esse direito de investigar aos seus herdeiros.

Já o Código Civil de Cabo Verde admite que a acção de investigação seja proposta a todo o tempo<sup>193</sup>.

Também o Código de Família de Angola prevê, de igual modo, que pode a acção ser proposta a todo o tempo<sup>194</sup>.

---

<sup>191</sup> Ainda que sejamos sensíveis àquela máxima.

<sup>192</sup> No que à sucessão legitimária respeita, e como exemplo, só em casos de deserdação (art.º 2166.º) e incapacidade por indignidade (art.º 2034.º) pode o filho não ser admitido à sucessão.

<sup>193</sup> Cfr. art.º 1802.º/1 do Código Civil “*A acção de investigação de maternidade ou paternidade é admissível a todo o tempo*”.

<sup>194</sup> Cfr. art.º 184.º do Código de Família de Angola “*Quando não estiver estabelecida a filiação materna ou paterna, pode o filho pedir, a qualquer tempo, o seu estabelecimento pelo Tribunal.*”

#### **9.4. Direito de Alguns Países Europeus**

Desde logo, podemos atentar no artigo 270.º do Código Civil Italiano que prevê a imprescritibilidade da acção de investigação intentada pelo filho<sup>195</sup>.

Já no caso de Espanha atribui-se o direito de investigar ao filho, quando falte posse de estado, durante toda a sua vida<sup>196</sup>.

O Código Civil Suíço consagra prazos. Se a acção for intentada pela mãe pode sê-lo até um ano após a nascença, se pelo filho até um ano após a maioridade<sup>197</sup>. Todavia estabelece também o mesmo artigo protecção para casos em que seja justificado um atraso<sup>198</sup>.

O Código Civil Francês veio estabelecer a regra de que o filho pode exercitar o seu direito a investigar durante a menoridade ou até dez anos após a maioridade<sup>199</sup> (ou seja, de forma muito semelhante ao estatuído no nosso artigo 1817.º).

O Código Civil Belga consagra, como regra geral, o prazo de trinta anos a contar do fim da posse de estado ou a partir do nascimento<sup>200</sup>.

No Código Civil Holandês consagra-se, no seu artigo 210.º, que a acção é imprescritível<sup>201</sup>.

Por fim, no Código Civil Alemão não se encontra previsto qualquer prazo para a propositura da acção, motivo pelo qual pode ser proposta a todo o tempo.

---

<sup>195</sup> “L'azione per ottenere che sia dichiarata giudizialmente la paternità o la maternità naturale è imprescrittibile riguardo al figlio.”. Art.º 270.º do Codice Civile.

<sup>196</sup> Assim se lê no artigo 133.º do Código Civil “La acción de reclamación de filiación no matrimonial, cuando falte la respectiva posesión de estado corresponderá al hijo durante toda su vida.”.

<sup>197</sup> Assim está estatuído no art.º 263-B “L'action peut être intentée avant ou après la naissance de l'enfant, mais au plus tard:

1. par la mère, une année après la naissance;
2. par l'enfant, une année après qu'il a atteint l'âge de la majorité.”

<sup>198</sup> No número 3 do mesmo Artigo 263-B consagra-se que “L'action peut être intentée après l'expiration du délai lorsque de justes motifs rendent le retard excusable”.

<sup>199</sup> Lê-se no Artigo 342 do Code Civil “L'action peut être exercée pendant toute la minorité de l'enfant ; celui-ci peut encore l'exercer dans les dix années qui suivent sa majorité si elle ne l'a pas été pendant sa minorité.”.

<sup>200</sup> Artigo 331ter. do Code Civil “Lorsque la loi ne prévoit pas un délai plus court, les actions relatives à la filiation se prescrivent par trente ans à compter du jour où la possession d'état a pris fin ou, à défaut de possession d'état, à partir de la naissance, ou à compter du jour où l'enfant a commencé à jouir d'une possession d'état conforme à l'état qui lui est contesté, sans préjudice de l'article 2252.”

<sup>201</sup> “Een verzoek tot gegrondverklaring van de inroeping of betwisting van staat is niet aan verjaring onderworpen”. Artigo 110.º do Bürgerliches Gesetzbuch.

Verificamos, assim, que a nível de direito comparado há uma clara preferência pela verdade biológica e também por uma opção de que a acção de investigação da paternidade possa ser proposta a todo o tempo. É interessante analisar-se o caso de Macau ao estabelecer uma ineficácia patrimonial em determinados casos, solução pela qual poderia passar uma eventual alteração legislativa em Portugal, todavia, há a considerar as críticas que a esse propósito lançamos.

## **10. Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas/da Historicidade noutros Pontos do Ordenamento Jurídico**

### **10.1. Adopção**

Como nota prévia há que referir que a Adopção não se deve confundir com a filiação apesar da semelhança dos seus efeitos<sup>202</sup>, no entanto, é, nessa medida, que assume relevância como paralelismo, bem ainda por oferecer uma visão acerca do pensamento legislativo, tratando-se de um regime que se alterou muito recentemente (2015).

Tem vindo a crescer, neste âmbito, a importância da descoberta da verdade biológica, assim se vê pela estatuição do direito do adoptado a conhecer as suas origens biológicas e o dever das instituições em cooperar para essa descoberta. É uma solução bem demonstrativa da tendência legislativa em primar pelo princípio da verdade biológica ou, pelo menos, a possibilidade de conhecimento fáctico por partes dos indivíduos das suas origens biológicas e genéticas. Hoje já não se actua com as vestes foscas do sigilo que antes imperavam nos casos de adopção, optando-se por uma transparência de informações<sup>203</sup>.

Encontramos no artigo 6.º do Regime Jurídico do Processo de Adopção, sob a epígrafe “*Acesso ao conhecimento das origens*” um dever imposto à administração de “*prestar informação, aconselhamento e apoio técnico no acesso ao conhecimento das suas origens*”<sup>204</sup>. E impõe-se, no seu n.º 3, que “*As entidades competentes em matéria de adopção devem*

---

<sup>202</sup> Art.º 1986.º, n.º 1.

<sup>203</sup> Pelo menos a partir da maioridade, momento em que se entende que tais informações já não são dotadas a provocar o mesmo abalo psicológico e emocional que estas questões sempre acarretam consigo.

<sup>204</sup> N.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 143/2015 de 8 de Setembro.



*conservar as informações sobre a identidade, as origens e os antecedentes do adotado durante pelo menos 50 anos após a data do trânsito em julgado da sentença constitutiva do vínculo da adoção*”. Por fim, e como reforço da posição do direito a conhecer toda a historicidade pessoal, ainda que não somente da identidade dos progenitores, lança o número 4 do mesmo artigo 6º que “*Para os efeitos previstos no presente artigo, qualquer entidade pública ou privada tem obrigação de fornecer às entidades competentes em matéria de adoção, incluindo ao Ministério Público, quando lhe sejam requeridas, as necessárias informações sobre os antecedentes do adotado, os seus progenitores, tutores e detentores da guarda de facto, sem necessidade de obtenção do consentimento destes*”<sup>205</sup>. Daqui se depreende a vontade do legislador de permitir aos adoptados um conhecimento de toda a sua história, sem necessidade do consentimento de qualquer interveniente, o que fica bem patente ao impor uma obrigação de cooperação a todas as entidades públicas e privadas na descoberta destas informações. Ora, o caso da adopção é bem revelador do novo paradigma acerca o conhecimento da historicidade pessoal<sup>206</sup>.

## **10.2. Procriação Medicamente Assistida**

O recurso a técnicas de PMA, quando se trate de inseminação artificial heteróloga, sempre levantou diversas questões e preocupações<sup>207</sup>, entre as quais a determinação dos progenitores<sup>208</sup>.

Este é o caso paradigmático de um desvio do nosso sistema ao princípio da verdade biológica. Se atentarmos no art.º 20.<sup>o</sup><sup>209</sup>, sob a epígrafe “*Determinação da parentalidade*”, a regra geral é de que, a criança nascida resultante do recurso a técnicas de PMA é “*havida como filha de quem, com a pessoa beneficiária, tiver consentido no recurso à técnica em causa*”. Sendo que todo o processo se encontra envolto em sigilo impendendo um dever de confidencialidade (art.º 15.º/1).

---

<sup>205</sup> Nosso sublinhado.

<sup>206</sup> Não ignoramos, no entanto, a importância que tem vindo a ser dada a novas “verdades”, nomeadamente a afectiva, todavia, entendemos que uma não contende com a outra, conhecer das suas origens genéticas e biológicas em nada retira importância à realidade afectiva. A propósito desta crescente relevância da verdade sócio-afectiva veja-se Guilherme de Oliveira, Critérios Jurídicos da Parentalidade cit., pp. 271 e ss.

<sup>207</sup> Preocupações já demonstradas, a título de exemplo, por Paolo Vercellone, As Novas Famílias, in Direitos de Família e do Menor, 3ª Edição, Belo Horizonte, Livraria Del Rey Editora, 1993, pp. 27 e ss.

<sup>208</sup> Questões levantadas, v.g., por Joaquim de Sousa Dinis, Filiação Resultante da Fecundação Artificial Humana, in Direitos de Família e do Menor, 3ª Edição, Belo Horizonte, Livraria Del Rey Editora, 1993, pp. 50 e ss.

<sup>209</sup> Da Lei 32/2006 de 26 de Julho, na redacção dada pela Lei n.º 17/2016 de 20 de Junho.

No entanto, neste regime há entorses a este princípio da confidencialidade, veja-se no art.º 15.º/2 que “*As pessoas nascidas em consequência de processos de PMA com recurso a dâvida de gâmetas ou embriões podem, junto dos competentes serviços de saúde, obter as informações de natureza genética que lhes digam respeito, excluindo a identificação do dador*”<sup>210</sup>. Assim sendo, ainda que não se permita o conhecimento do dador, reconhece-se a importância de todas aquelas informações. Um outro entorse é a possibilidade prevista no n.º 3 do mesmo artigo de se “*obter informação sobre eventual existência de impedimento legal a projectado casamento*” (ainda que se mantenha a confidencialidade sobre a identidade do dador excepto no caso de este expressamente o permitir). Porém, há casos em que a identidade do progenitor pode ser conhecida, veja-se no número 4 do mesmo artigo supracitado que “*podem ainda ser obtidas informações sobre a identidade do dador por razões ponderosas reconhecidas por sentença judicial*”.

## 11. Direito a Investigar como Direito Pessoal (In)transmissível

Entre nós vigora o princípio de que a investigação só pode ser proposta pelo próprio filho que quer ver reconhecida a sua paternidade e/ou maternidade, cabendo aos seus descendentes ou cônjuge a prossecução da acção quando aquele faleça na sua pendência ou, ainda, podem estes propô-la se o filho falecer antes de findo o prazo em que ainda a possa intentar<sup>211</sup>. Ora, assim deparamo-nos com este direito a propor a acção de investigação como um direito próprio do indivíduo e que pode ser transmitido ainda que em situações delimitadas: apenas se transmite no caso do falecimento já na sua pendência ou até o fim do prazo em que a poderia propor.

Ora, considerada inconstitucional a norma prevista no art.º 1817.º/1 que sucede a este regime consagrado já que o filho passa a poder intentar a acção sem ter que observar qualquer prazo?

Podemos considerar que o prazo dos dez anos após a maioridade valeria apenas para estes casos. Porém, não nos parece adequado, pois, sendo a norma inconstitucional deixa de

---

<sup>210</sup> Esta importância do conhecimento encontra-se bem patente v.g. na obra de Paolo Vercellone, *Recomendações do Congresso de Turim, in Direitos de Família e do Menor*, 3ª Edição, Belo Horizonte, Livraria Del Rey Editora, 1993, pp. 41 e ss..

<sup>211</sup> Cfr. art.º 1818.º do CC.

existir a restrição tal qual está prevista. Ora, em posição diversa, permitir que o cônjuge e descendentes pudessem, a todo o tempo, mesmo após a morte do cônjuge ou progenitor intentar uma acção de investigação da paternidade deste prolongaria demasiado a incerteza jurídica e daria azo a que muitos e muitos anos depois do facto se viesse perturbar o que estava já estabilizado (pensemos num caso de um descendente intentar a acção de investigação sobre um presumível avoengo seu vários séculos após a sua morte). É, pois, forçoso impedir esta cadeia de transmissões do direito a investigar. Assim, seria conveniente uma resposta para estes casos. Aqui, concedemos que mobilizando o princípio da segurança jurídica aliado ao princípio da proporcionalidade<sup>212</sup>, se pode encontrar justificada, por motivos sérios e que não abalam os direitos e princípios constitucionais de igual forma<sup>213</sup>, uma solução a ser encontrada entre três formas: ou pela negação deste direito a investigar tornando-o um direito intransmissível<sup>214</sup> (excepto no caso de nos encontrarmos na pendência de uma acção, motivo em que não existiria justificação para impedir a sua prossecução atenta a vontade demonstrada pelo seu titular), ou, como segunda via, a atribuição de um prazo proporcionado para que o cônjuge ou descendentes possam exercer esta faculdade, sob pena de, não o fazendo, o direito caducar (o que não nos parece satisfazer os interesses do sistema jurídico, aliás, poderia ser alegado que os próprios descendentes teriam, eles próprios, direito a investigar para conhecimento das suas próprias raízes<sup>215</sup>) ou, por fim, retirar, nestes casos, eficácia patrimonial às acções e, a partir de determinado momento e, por razões de segurança jurídica, estabilidade nas relações, ordem pública<sup>216</sup>, respeito devido aos mortos, dificuldade de prova do alegado, impedir, em concreto, a procedência destas acções<sup>217</sup>, caso contrário cairíamos num direito conferido *ad aeternum*, direito esse que tem influência nas vidas e património não só de um indivíduo mas também de terceiros. É nosso entendimento que, a partir de um determinado momento, apenas na prática identificável, a transmissão do direito não deve operar.

---

<sup>212</sup> Nos seus três subprincípios Cfr. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição* cit., pp. 269 e ss. Impondo uma razoabilidade de harmonização entre os direitos contrapostos.

<sup>213</sup> Neste juízo, alteram-se os pesos dos fundamentos para que se proceda à harmonização dos direitos conflituantes.

<sup>214</sup> De que não encontramos qualquer fundamento legal que, de *iure condito*, o possa sustentar.

<sup>215</sup> Todavia, somos forçados a concordar que, neste caso, tal previsão de um prazo se revelaria comportável com o texto e teleologia constitucionais. Atente-se no entanto que teria de ser um prazo estabelecido de *iure condendo* atribuindo àqueles sujeitos um prazo específico (não alicerçado, como hoje se encontra, no prazo de caducidade do filho).

<sup>216</sup> Reportamo-nos à ordem pública interna, i.e., limitativa da vontade privada por forma a assegurar condições a uma vida social adequada. Conceito que vem muitas vezes aliado ao dos bons costumes.

<sup>217</sup> Poderíamos chegar ao caso de pretender propor acções para estabelecimento da filiação de indivíduos que haviam já falecido há vários séculos, ou milhares de anos atrás. Todavia, cremos que a prova necessária para fundar estas acções se revelaria uma autêntica forma de impedir a sua procedência.

## **12. Apreciação Crítica e Posição Adoptada**

Chegados a este ponto convirá, por uma questão de síntese, organização e clareza, pegarmos nós próprios na balança, e procedermos a um resumo dos fundamentos e apresentar detalhadamente a nossa posição que fomos explicitando ao longo do estudo.

Desde logo, não podemos olvidar que a tendência legislativa e o próprio pensamento jurídico têm atribuído uma primazia ao princípio da verdade biológica. Saber quem somos carece de saber de onde viemos, de quem somos filhos, quais as circunstâncias do nosso nascimento. Só assim podemos, na íntegra e completamente desenvolver a nossa personalidade em todas as suas facetas. E encontram-se constitucionalmente protegidos os direitos à identidade pessoal, à constituição de família, à igualdade, à não discriminação (e, em específico, à dos filhos nascidos fora do casamento). Alicerçamos nesse conjunto de direitos a necessidade que se permita que a acção de investigação de paternidade não esteja sujeita a um prazo de caducidade.

Todavia, não podemos atender só às razões e direitos do investigador. Do lado do investigado temos que considerar a sua (e dos seus herdeiros) segurança jurídica e à possibilidade de se tratar de ‘caça-fortunas’.

Note-se que o art.º 1817.º ao consagrar nos seus números 2 e 3 excepções à regra geral da caducidade do prazo, atribuindo um prazo de 3 anos após a tomada de conhecimento de alguma daquelas circunstâncias ou após ter sido abalada a paternidade ou maternidade que antes estava estabelecida, perde toda a relevância com a consideração como inconstitucional do estabelecimento de um prazo. Quer porque estes prazos seriam em si mesmos inconstitucionais<sup>218</sup> (pelos mesmos motivos já aduzidos relativamente ao prazo estabelecido no n.º 1), quer porque perde o seu interesse prático com a derrota de um prazo de caducidade que deixa de valer<sup>219</sup>.

---

<sup>218</sup> Para o que nos inclinamos ainda com maior ferocidade, uma vez que os seus prazos são muito mais curtos que o prazo geral de caducidade.

<sup>219</sup> De facto, entraria pela imprescritibilidade da acção de investigação da paternidade a possibilidade de, a todo o tempo intentar a acção, podendo intentar pelo regime regra estas excepções que deixariam de fazer sentido, além de que, como dissemos, consideramos igualmente inconstitucionais. Observá-las seria, então, o distorcer do provérbio: fazendo-se tentar passar pela janela o que pela porta já passou.

Pesando todos os argumentos que encontramos a favor de um e de outro, somos a dar maior importância aos do investigador<sup>220</sup>. O investigado, a comprovar-se, não deixa de ser progenitor, e não pode pretender que o tempo o exima dessa responsabilidade. A sua segurança jurídica não o pode proteger dessa forma, ou seja, não pode tornar-se escudo contra a verdade fáctica de que é o progenitor. Sendo a acção manifestamente improcedente, e verificando-se que o investigador não tinha razões ponderosas que o levassem a crer que aquele indivíduo fosse seu progenitor, poderá dar-se azo a um caso de litigância de má-fé e, inclusive, a uma indemnização por danos não patrimoniais.

Assim, consideramos inconstitucional o n.º 1 do art.º 1817.º do CC, podendo, consequentemente, a acção ser proposta a todo o tempo. Contudo, está sempre sujeita à possibilidade de, em casos de manifesta injustiça por uma procura meramente económica, e sendo proposta em que momento for (antes do prazo que o Código estabelece ou depois<sup>221</sup>), à cisão do estatuto pessoal (sendo estabelecido o vínculo de filiação) do patrimonial<sup>222</sup>, i.e., não se produzirão os efeitos patrimoniais que deveriam repercutir pelo estabelecimento desse vínculo<sup>223</sup>.

---

<sup>220</sup> Surgimos, à semelhança do jardineiro que diz à sua rainha: “*their fortunes both are weigh’d:/ In your lord’s scale is nothing but himself;/ And some few vanities that make him light;/ But in the balance of great Bolingbroke,/ Besides himself, are all the English peers;/ And with that odds he weights King Richard down.*”. William Shakespeare, King Richard the Second, in The Complete Works of William Shakespeare, Wordsworth Library Collection, 2007, pág. 377.

<sup>221</sup> Diferentemente daquela visão de que, após o prazo estabelecido pelo CC, o filho veria ainda estabelecida a sua filiação mas retirar-se-ia, pelo mero facto de ter ultrapassado o prazo, a sua eficácia patrimonial.

<sup>222</sup> Casos que devem ser excepcionálissimos como já referimos por o direito à herança se tratar de um direito do filho, podendo somente, em regra, ser afastado pelos motivos exarados em indignidade ou incapacidade. Repare-se que é legítima também a expectativa sobre direitos sucessórios.

<sup>223</sup> Sobre a possibilidade de o abuso do direito implicar esta separação de estatutos cfr. o Ac. do STJ de 18 de Fevereiro de 2015, proferido no processo n.º 4293/10.7TBSTS.P1.S1, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

## **Conclusão**

É inata ao Homem a vontade de conhecer as suas raízes genéticas, os seus antepassados, a sua história. Saber quem ‘sou’ passa por saber de ‘quem sou filho’. Os avanços na medicina e estudos da genética levam à possibilidade de um patamar de programação de tratamentos precoces de acordo com a probabilidade de desenvolvimento de determinadas doenças. A verdade biológica alcança, então, uma grande relevância. É neste âmbito que assumem importância as acções de investigação da paternidade/maternidade.

O actual regime português permite esta investigação (art.º 1817.º e 1869.º), e subsequente estabelecimento do vínculo de filiação, prevendo, no entanto, um prazo de caducidade, ou seja, um prazo passado o qual o titular do direito deixa de o poder exercer.

O motivo de tal previsão assenta em três grandes pilares - o princípio da segurança jurídica, o problema do envelhecimento das provas e funcionar como forma de contenção de ‘caça-fortunas’. No entanto, com as mudanças operadas, nomeadamente no que se refere aos testes de ADN, o argumento do envelhecimento das provas deixa de fazer sentido. Ademais, o princípio da segurança jurídica não vale de forma absoluta e irrestrita. Por fim, os casos de ‘caça-fortunas’ podem ser travados recorrendo ao instituto do abuso do direito, já consagrado no nosso sistema jurídico, e não é pelo decorrer desse prazo que uma acção é ou deixa de ser fundada em interesses meramente económicos. Consequentemente, esses fundamentos para a previsão do prazo de caducidade perderam muita da sua força.

Por outro lado, os direitos constitucionalmente previstos dos filhos investigadores impõe, na nossa opinião, a possibilidade de estes intentarem a acção sem a restrição de um prazo. Assim observamos os direitos à identidade pessoal, ao livre desenvolvimento da personalidade, à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação (estes no art. 26.º, n.º 1 da CRP), o direito a constituir família (art.º 36.º, n.º 1 da CRP), a proibição da discriminação de filhos nascidos fora do casamento (art.º 36.º, n.º 4 da CRP) – todos estes pertencentes ao rol de Direitos Liberdades e Garantias - e ainda o princípio da igualdade (art.º 13.º da CRP).

Esta discussão tem sido acesa tanto na doutrina como na jurisprudência, pendendo a primeira em larga escala para um juízo de inconstitucionalidade enquanto que a segunda se encontra dividida entre os tribunais comuns, que pendem para a inconstitucionalidade, e o TC que prima pela conformidade à CRP, posição que foi acolhida num acórdão uniformizador.

Também os contributos de outros Ordenamentos Jurídicos demonstram, ainda que com excepções, a relevância atribuída à verdade biológica, assim como uma tendência para a imprescritibilidade das acções de investigação.

Uma vez que cerceia, de forma injustificada, os direitos supra-referidos, consideramos que a previsão de tal prazo de caducidade é inconstitucional, podendo, conseqüentemente, a acção ser proposta a todo o tempo pelo filho investigador.

Porém, por se encontrarem em colisão, é necessário proceder a uma harmonização entre os direitos do investigador e os do investigado. A solução adequada, a nosso ver, passa por a acção ficar sujeita (seja qual for o prazo em que for intentada) à apreciação do abuso do direito, para que, nos casos em que se verifique (no circunstancialismo fáctico) que o exercício é abusivo, sejam cindidos os estatutos pessoal e patrimonial do filho. Assim, estabelece-se o vínculo da filiação sem, contudo, lhe serem atribuídos os respectivos efeitos patrimoniais. Casos excepcionalíssimos, pois os direitos a herança e/ou alimentos são direitos do filho que não devem ser limitados injustificadamente (o princípio da indivisibilidade do *status* deve valer como regra). Assim, apenas quando o concreto caso demonstre tratar-se de uma acção que mereça uma censura ético-jurídica por se tratar de um intuito demasiado reprovável, pode lançar-se mão desta possibilidade.

Destarte, ficam acautelados os direitos constitucionalmente protegidos do filho em conhecer os seus progenitores e estabelecer o seu vínculo de filiação e a necessidade de protecção por parte dos investigados para casos de exercício abusivo.

No entanto, a transmissibilidade da acção, tal como se encontra prevista no art. 1818.º deve sofrer restrições sob pena de atribuirmos um direito *ad aeternum* de investigar a todos os descendentes daquele que a poderia intentar.

Em suma, o art. 1817.º do CC, ao prever um prazo de caducidade para a acção de investigação da paternidade/maternidade é inconstitucional. Assim, pode a acção ser intentada sem sofrer a restrição de um prazo.

Uma acção que se revele, na prática, abusiva deve fundar o recurso ao instituto do abuso do direito, cindindo-se o *status* pessoal (que se vê atribuído) do patrimonial (que é negado).

**Listagem de Jurisprudência**

Acórdãos do Tribunal Constitucional:	16 de Setembro de 2014
Nº. 99/88	18 de Fevereiro de 2015
Nº. 413/89	28 de Maio de 2015
Nº. 451/89	17 de Novembro de 2015
Nº. 359/91	25 de Novembro de 2015
Nº. 370/91	17 de Março de 2016
Nº. 506/99	
Nº. 525/2003	Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto:
Nº. 486/2004	
Nº. 23/2006	26 de Novembro de 2012
Nº. 401/2011	9 de Abril de 2013
Nº. 166/2013	10 de Dezembro de 2013
Nº. 350/2014	13 de Março de 2014
Nº. 383/2014	3 de Junho de 2014
Nº. 704/2014	17 de Dezembro de 2014
Nº. 302/2015	
Nº. 594/2015	Acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa:
	9 de Fevereiro de 2010
Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça:	17 de Outubro de 2013
8 de Junho de 2010	
27 de Janeiro de 2011	Acórdãos do Tribunal da Relação de Guimarães:
6 de Setembro de 2011	
10 de Janeiro de 2012	12 de Junho de 2012
29 de Novembro de 2012	28 de Fevereiro de 2013
9 de Abril de 2013	16 de Maio de 2013
14 de Janeiro de 2014	6 de Junho de 2014
	10 de Julho de 2014



### **Bibliografia**

**ANDRADE, J.C. VIEIRA DE** – Os direitos fundamentais da Constituição Portuguesa de 1976, 2ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2001.

**BRANCO, CAMILO CASTELO** – A Queda dum Anjo, 11ª Edição, Parceria A.M. Pereira, Lda., 1970.

**BRONZE, FERNANDO JOSÉ** – Lições de Introdução ao Direito, 2ª Edição Reimpressão, Coimbra, Wolters Kluwer Portugal e Coimbra Editora, 2010.

**CAMPOS, DIOGO LEITE DE** – Direito da Família e das Sucessões, Coimbra, Livraria Almedina, 1998.

**CANOTILHO, J.J. GOMES e MOREIRA, VITAL** – Constituição da República Portuguesa Anotada, Vol. 1, 4ª Edição Revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

**CANOTILHO, J.J. GOMES**, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7ª Edição, Coimbra, Almedina, 2003.

**CAPELO, MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA** – Interesse Processual e Legitimidade Singular nas Acções de Filiação, Coimbra, Coimbra Editora, 1996.

**CAPELO, MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA** – A Reforma Processual e as Acções de Filiação, *in* Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977, Vol. 1 Direito da Família e das Sucessões, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 743-761.

**COELHO, FRANCISCO PEREIRA, e OLIVEIRA, GUILHERME DE** – Curso de Direito da Família, Vol. II, Direito da Filiação, Tomo I, 4ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.

**CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES** – Tratado de Direito Civil, Volume V, Parte Geral, Coimbra, Almedina, 2011.

**COSTA, MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA** – Direito das Obrigações, 12ª Edição Revista e Actualizada, Coimbra, Livraria Almedina, 2011.

**DIAS, CRISTINA** – Investigação da paternidade e abuso do direito. Das consequências jurídicas do reconhecimento da paternidade, *in* Cadernos de Direito Privado, nº 45, Janeiro/Março de 2014, Braga, CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho, pp. 32-59.

**DINIS, JOAQUIM JOSÉ DE SOUSA** – Filiação Resultante da Fecundação Artificial Humana, *in* Direitos de Família e do Menor, 3ª Edição, Belo Horizonte, Livraria Del Rey Editora, 1993, pp. 46-53.

**DUMAS, ALEXANDRE** – Les Tombeaux de Saint-Denis, *in* Les Mille et Un Fantomes, Paris, Michel Lévy Frères, Libraires Éditeur, 1861, pp. 117-135.

**FERNANDES, LUÍS CARVALHO** – Teoria Geral do Direito Civil, Vol. II, Fontes Conteúdo e Garantia da Relação Jurídica, 5ª Edição revista, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2010.

**FONTE, TEODORO AFONSO DA** – No Limiar da Honra e da Pobreza, A Infância Desvalida e Abandonada no Alto Minho (1698-1924), Vila Praia de Âncora, Ancorensis Cooperativa de Ensino, 2005.

**KAFKA, FRANZ** – Diários, Diários de Viagem, tradução de Isabel Castro Silva, Relógio de Água, 2014.

**LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES** – Direito das Obrigações, Vol. I – Introdução da Constituição das Obrigações, 13ª Edição, Coimbra, Livraria Almedina, 2016.

**LIMA, ADRIANA KARLLA DE** – Reconhecimento da paternidade Socioafetiva e suas Consequências no Mundo Jurídico, [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9280](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9280), consultado a 23 de Julho de 2016

**LIMA, PIRES DE, e VARELA, ANTUNES** – Código Civil Anotado, artigos 1796.º a 2023.º, Vol. V, Coimbra, Coimbra Editora, 1995.

**MARQUES, J. P. REMÉDIO** – O Prazo de Caducidade do N.º 1 do Artigo 1817.º do Código Civil e a Cindibilidade do Estado Civil: O Acórdão do Plenário do Tribunal Constitucional N.º 24/2012, A (In)Constitucionalidade do Artigo 3.º da Lei N.º 14/2009 e a sua Aplicação às Acções Pendentes na Data do seu Início de Vigência, Instauradas Antes e Depois da Publicação do Acórdão N.º 23/2006, *in* Textos de Direito da Família Para Francisco Pereira Coelho, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 161-218.

**MIRANDA, JORGE e MEDEIROS, RUI** – Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, 2ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

**NEVES, ANTÓNIO AMARO DAS** – Filhos das Ervas, A Ilegitimidade no Norte de Guimarães (Séculos XVI-XVIII), NEPS – Universidade do Minho, 2011.

**NEVES, JOSÉ MOREIRA, e MARTINS, NORBERTO** – Direito da Família e dos Menores, Projecto Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Judiciários, INA, 2007.

**OLIVEIRA, GUILHERME DE** – Caducidade das Acções de Investigação, *in* Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977, Vol. 1 Direito da Família e das Sucessões, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 49-58.

**OLIVEIRA, GUILHERME DE** – Critério Jurídico da Paternidade, Coimbra, Livraria Almedina, 1998.

**OLIVEIRA, GUILHERME DE** – Critérios Jurídicos da Parentalidade, *in* Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho, coordenação de Guilherme de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 271-306.

**OLIVEIRA, GUILHERME DE** – Estabelecimento da Filiação, Coimbra, Livraria Almedina, 1979.

**OTERO, PAULO** – Personalidade e Identidade Pessoal e Genética do Ser Humano: Um Perfil Constitucional da Bioética, Coimbra, Livraria Almedina, 1999.

**PIMENTA, JOSÉ DA COSTA** – Filiação, 4ª Edição, Lisboa, Livraria Petrony Lda., 2001.

**PINHEIRO, JORGE DUARTE** – Inconstitucionalidade do artigo 1817.º, nº 4, do Código Civil, *in* Cadernos de Direito Privado, nº 13, Janeiro/Março de 2006, Braga, CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho, pp. 51-71.

**PINHEIRO, JORGE DUARTE** – O Direito da Família Contemporâneo, 4ª Edição, Lisboa, AAFDL, 2013.

**PINTO, PAULO DA MOTA** – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade, *in* Brasil - ano 2000, Studia Juridica, nº 40, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, pp. 149-246.

**REIS, ALEXANDRE** – Relatório, *in* 3.ª Bienal de Jurisprudência, Direito da Família, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pp. 21-27.

**REIS, RAFAEL VALE E** – O Direito ao Conhecimento das Origens Genéticas, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

**REIS, RAFAEL VALE E** – Filho Depois dos 20...!, *in* Lex Familiae Revista Portuguesa de Direito da Família, Ano 1 – nº 1, 2004, pp. 127-134.

**SHAKESPEARE, WILLIAM** – King Richard The Second, *in* The Complete Works of William Shakespeare, Wordsworth Library Collection, 2007, pp. 359-387.

**SILVA, TOMÁS OLIVEIRA E** – Filiação, Constituição e Extinção do Respetivo Vínculo, Coimbra, Livraria Almedina, 1989.

**SOUSA, RABINDRANATH CAPELO DE** – Lições de Direito das Sucessões, Volume II, 3ª Edição Renovada, Coimbra, Coimbra Editora, 2002.

**VERCELLONE, PAOLO** – As Novas Famílias, *in* Direitos de Família e do Menor, 3ª Edição, Belo Horizonte, Livraria Del Rey Editora, 1993, pp. 27-40.

**VERCELLONE, PAOLO** – Recomendações do Congresso de Turim, *in* Direitos de Família e do Menor, Belo Horizonte, Livraria Del Rey Editora, 3ª Edição, 1993, pp. 41-43.

**WILDE, OSCAR** – The Picture of Dorian Gray, *in* The Complete Illustrated Works of Oscar Wilde, Bounty Books, 2004, pp. 3-152.